



CONCORRÊNCIA Nº 90003/2026/CCL/PMC
TIPO: MENOR PREÇO

UNIDADE COMPRADORA (UASG) 932334

A Prefeitura Municipal de Calçoene/AP, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 05.990.007/2026-SEMINFDUR/PMC** e através do seu agente de contratação e equipe de apoio, nomeados pelo Decreto nº 113/2025-GAB, datada de 06/02/2024, torna público aos interessados que realizará, por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, tipo **MENOR PREÇO**, com **AMPLA PARTICIPAÇÃO** objetivando a **Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP – Termo de Compromisso nº 992360/2025/MCIDADES/CX**.

1. DISPOSITIVOS LEGAIS

1.1. O presente procedimento licitatório será regido pela Leis Federais nº 14.133/2021 e 12.846/2013, Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelo Decreto Municipal nº 027/2024-GAB/PMC, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e legislações pertinentes.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Esta licitação será realizada em sessão pública, por meio da utilização de recursos da Tecnologia da Informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, integrante do quadro efetivo deste Órgão, designado por ato interno, denominado agente de contratação, e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no sistema Comprasnet – SIASG, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, gerenciadora do Sistema, constante da página (www.gov.br/compras).

3. OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a **Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP – Termo de Compromisso nº 992360/2025/MCIDADES/CX**, conforme solicitação contida no Processo Administrativo nº 05.990.051/2025, descritos e qualificados na forma do **ANEXO I (Planilhas de Preços)** deste edital.

3.2. Os resultados desta licitação serão divulgados no Diário Oficial da União – DOU, site da Prefeitura Municipal de Calçoene/AP – PMC (www.calcoene.portal.ap.gov.br) e no site do Comprasnet – SIASG.

4. REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA

4.1. A sessão pública desta licitação será aberta com a abertura das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminado:

Endereço eletrônico: (www.gov.br/compras), o Portal de Compras do Governo Federal.

4.2. Abertura da sessão pública: às 09h30min do dia 19 de maio de 2026 (horário de Brasília - DF).

4.3. O licitante deverá observar, rigorosamente, as datas e o horário limite para o recebimento



de proposta e documentos e a abertura da sessão pública, bem como para o início da disputa.

4.4. Todas as referências de tempo no edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de Brasília – DF, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente processo licitatório correrão por conta da seguinte dotação

5.1.1. Gestão/Unidade: Sec. Mun. de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano;

5.1.2. Programa de Trabalho: **15.451.0025.1-012 – AMPLIAÇÃO, CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CONJUNTO HABITACIONAL;**

5.1.3. Elemento de despesa 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;

5.1.4. Fonte de Recurso: **Termo de Compromisso nº 992360/2025/MCIDADES/CX**

5.2. As despesas decorrentes da execução do presente processo licitatório correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos repassadores: Termo de Compromisso nº **Termo de Compromisso nº 992360/2025/MCIDADES/CX E DA CONTRAPARTIDA DA PMC.**

5.3. Valor Global: **R\$ 3.192.079,80 (Três milhões cento e noventa e dois mil setenta e nove reais oitenta centavos)**

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

6.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

6.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados

6.5. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste edital e seus anexos.

6.6. Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas ou jurídicas:

a) que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo incompatível com o objeto desta licitação;



- b) constituídas sob a forma de sociedades cooperativas;
- c) que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com impedimento de licitar e contratar por órgão da Administração Pública do Estado de Amapá, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- f) estrangeiras que não funcionem no País;
- g) que tenham como sócios, gerentes, diretores ou empregados, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidores ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada, ou Membros integrantes da PMC;
- h) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6.7. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação ou do fornecimento de bens e serviços a ela necessários, servidor ou dirigente da PMC.

6.7.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

6.7.2. O disposto no subitem anterior aplica-se ao agente de contratação e aos membros da equipe de apoio.

6.8. Somente poderão participar desta licitação empresas cujas inscrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor – SICAF – estiverem em plena validade, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Para a utilização do sistema eletrônico, o interessado deverá acessar o site Compras.gov.br e se cadastrar no SICAF, conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para obter chave de identificação e senha pessoal para que o fornecedor participe de Pregões e Cotações Eletrônicas realizadas pelo sistema do Comprasnet.

7.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes à licitação.

7.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a PMC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



7.5. A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio do acesso.

7.6. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico Compras.gov.br, os licitantes deverão encaminhar suas propostas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2. A proposta deverá conter as informações necessárias, no espaço reservado pelo sistema eletrônico, dos objetos ofertados nos termos especificados por este edital e o preço representativo do valor dos itens, nos moldes do contido no sistema eletrônico.

8.3. Não serão aceitas propostas que, mesmo após a realização de diligências, permaneçam em desconformidade com as regras definidas neste edital.

8.4. O prazo de eficácia da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação. Esse prazo ficará suspenso pela interposição de recurso.

8.5. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

8.7. Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer, que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

8.8. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.9. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública, assim como as declarações de que tratam este edital.

8.10. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação.

8.11. A participação no Concorrência dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços que ocorrerá até a data da abertura da sessão do Concorrência, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.12. A proposta de preço do licitante melhor classificado, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas**, atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados. A critério do agente de contratação, poderá ser solicitada cópia



autenticada ou originais dos documentos enviados, a serem encaminhados **no prazo máximo de 03 (três) dias**. Havendo qualquer fato que impeça o envio de documentos pelo sistema eletrônico, os mesmos poderão ser enviados no e-mail cpl.pmc2020@gmail.com.

8.13. Os documentos necessários à habilitação, quando solicitados na fase de habilitação, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo agente de contratação no sistema eletrônico.

8.14. O prazo máximo de duas horas, previsto no item 8.13 deste edital, será aplicado aos documentos complementares necessários ao julgamento da proposta e à habilitação, quando solicitados após a fase de lances.

8.15. Passados os prazos de convocação previstos no item 8.12 (máximo 48 horas) e no item 8.13 (máximo 02 horas), conforme o caso, a licitante que, convocada, não apresentar a proposta comercial atualizada e documentos que devam acompanhá-la, bem como, os documentos de habilitação e eventuais documentos solicitados para complementar a proposta ou a habilitação, será desclassificada ou inabilitada, conforme o caso.

9. DO PROCEDIMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A partir do horário previsto no item 4.2 deste edital, terá início a sessão pública, com a divulgação das propostas de preços recebidas, cuja classificação para a fase de lances será efetuada pelo sistema eletrônico.

9.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.2.1. Os lances deverão ser formulados em relação ao preço ofertado para cada item desta licitação. O sistema efetuará a classificação final considerando o **MENOR PREÇO**, conforme o critério de julgamento previsto neste edital.

9.3. O licitante poderá oferecer lance superior ao menor lance registrado, desde que inferior ao último ofertado por ele.

9.4. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme a classificação de propostas, efetuada pelo sistema eletrônico.

9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.6.1. Durante o transcurso da sessão pública o agente de contratação enviará mensagens, via *chat*, às licitantes, mas essas só poderão se comunicar com o agente de contratação por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.

9.7. Caso haja desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o agente de contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas



vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes.

9.9. Esta licitação será processada pelo modo de disputa ABERTO, em que somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela;

9.9.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

9.9.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

9.9.3. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

9.9.4. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances.

9.9.5. Na etapa de disputa aberta os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, e intervalo mínimo de **R\$ 1.000,00 (mil reais)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.9.5.1. No modo de disputa de que trata este subitem, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

9.9.5.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.9.5.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem anterior, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema eletrônico ordenará e divulgará os lances.

9.9.5.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.10. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o agente de contratação encaminhará pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, a fim de que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas estabelecidas neste edital.

9.11.1. A negociação será executada por meio do sistema eletrônico, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.12. Se a proposta ou lance de menor valor ofertado não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o agente de contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.13. Caso não sejam apresentados lances, serão aplicados os critérios de desempate previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.14. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o agente de contratação efetuará consulta no SICAF a fim de verificar os documentos por ele abrangidos e a validade das certidões necessárias à habilitação, e, caso a empresa apresente pendências no referido cadastro, será analisada a documentação enviada via sistema eletrônico.

9.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão solicitados à empresa e deverão ser enviados no prazo previsto no item 8.13 deste edital.

9.15. Quando for o caso, o envio postal da proposta e da documentação de habilitação, em original ou autenticada, deverá ser em envelope lacrado, contendo no frontispício os seguintes dizeres:

APREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP CENTRAL DE COMPRA E
LICITAÇÕES – CCL PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº xxxxx/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº
xxxxxxxx

9.16. Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 11 – DA HABILITAÇÃO deste edital.

9.17. Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante assume que o objeto ofertado deverá atender às especificações constantes do ANEXO IV – Projeto Básico deste edital.

9.18. Constatando o atendimento das exigências fixadas no edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9.19. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo no caso de erro para mais e posterior desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

10. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1. A proposta de preços atualizada, a ser enviada após a etapa de lances, deverá ser apresentada, preferencialmente, na forma do ANEXO II deste edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, em estrita observância às especificações contidas neste edital, constando, obrigatoriamente:

- a) indicação do nome ou razão social do proponente, número do CPF/CNPJ, endereço completo, telefone, fax, banco, agência, conta, responsável com CPF e endereço eletrônico de correspondência (e-mail ou outra forma), para contato;
- b) prazo de pagamento de até 30 (trinta) dias, após entrega total e definitiva da Fatura/Nota Fiscal, na forma do Item 16 – DO PAGAMENTO, deste edital;
- c) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sua apresentação;
- d) dados do representante legal (nome, número de identidade e do CPF), com poderes específicos para assinar o termo de compromisso/contrato, conforme minuta anexa a este edital.
- e) preço fixo e irrevogável;
- f) planilha orçamentária baseada nos projetos, especificações e exigências constantes deste edital e seus anexos, contendo:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 1) Discriminação dos serviços a serem executados, unidades de medida dos serviços, quantitativos, preços unitários, subtotais e totais com duas casas decimais. Considerar-se-á valor global da proposta o constante no total geral da planilha;
- 2) Composição de custo unitário, com apenas duas casas decimais, para todos os itens da planilha. Ao elaborar a planilha, deverá ser utilizado a fórmula truncar em 2 (duas) casas, evitando-se fórmulas de arredondamento;
- 3) Composição do BDI e o detalhamento (custo unitário) dos itens que o compõe e seus respectivos percentuais praticados;
- 4) Cronograma físico-financeiro.

f.1) as planilhas de preços e cronograma de execução do objeto desta licitação, que acompanharão a proposta comercial, deverão conter identificação de profissional legalmente credenciado com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), observado o contido na Lei nº. 5.194, de 24/12/66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), observada a Lei nº 12.378, de 31/12/2010, e demais legislações correlatas;

g) declaração da licitante de que examinou os projetos, as especificações e os encargos, com os respectivos quantitativos necessários ao perfeito atendimento do objeto da licitação, reconhecendo que a sua proposta é adequada e suficiente para a realização dos serviços;

h) as planilhas orçamentárias devem ser enviadas nos formatos ".xlsx" e ".pdf".

i) declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

10.1.2. Os modelos de declarações previstas nas alíneas “g” e “i” constam no ANEXO II (modelo de proposta comercial) deste edital.

10.1.3. A falta de declaração prevista na alínea “i” deste subitem acarretará a desclassificação da licitante, nos termos previstos no art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.4. Erros no preenchimento da planilha não serão motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.1.4.1. Será concedido prazo de 24 (vinte e quatro) horas para eventuais ajustes na planilha orçamentária.

10.2. A licitante poderá incluir em sua proposta, dados de caráter exclusivamente técnicos sobre o objeto ofertado, bem como informações que não constem em seu catálogo, entretanto necessárias ao julgamento objetivo, conforme especificações do serviço ou do material solicitado.

10.3. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade



competente.

10.4. Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da lei.

10.5. Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais e custos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do fornecimento do objeto desta licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária, neste caso, a licitante.

10.6. O licitante melhor classificado, a critério do agente de contratação, poderá ser convocado a apresentar no prazo previamente estipulado, durante a sessão pública virtual, maiores informações sobre o objeto ofertado ou sobre a documentação apresentada. A licitante que não apresentar as informações dentro do prazo solicitado poderá ser desclassificada.

10.6.1. Quando solicitados, os documentos com informações da(s) licitante(s) melhor classificada(s) serão encaminhadas pelo sistema eletrônico ou, quando se tratar de objeto físico, a Prefeitura Municipal de Calçoene/AP, CNPJ nº 05.990.437/0001-33, aos cuidados da Central de Licitação, no endereço constante no item 14.9 deste edital.

10.6.2. Caso a empresa convocada não entregue as informações, atrase a entrega sem justificativa aceita pelo agente de contratação ou, ainda, as entregue em desacordo com o que for solicitado, terá sua proposta desclassificada quando, então, será facultado ao Agente de Contratação convocar outra(s) empresa(s), obedecida a ordem de classificação, para apresentação de maiores informações para verificação, sem afetar a aplicação de penalidades decorrente da sua ação ou omissão.

10.6.3. As eventuais despesas com o envio das informações previstas neste item deverão ser suportadas pela própria licitante interessada.

10.7. Observado o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, o agente de contratação, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

10.8. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.

11.2. Para habilitação nesta licitação será exigida a seguinte documentação:

11.2.1. Habilitação Jurídica:

a) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o



objeto desta licitação, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contratosocial;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro e Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante apresentação da declaração prevista no item 11.2.6, “b”, deste edital.

11.2.2.1. Para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista será admitida certidão positiva com efeito de negativa.

11.2.2.2. Durante a análise dos documentos de habilitação, se detectada(s) certidão(ões) de regularidade fiscal, social e trabalhista vencida(s), o agente de contratação realizará consulta na internet para obtenção de certidão(ões) atualizada(s).

11.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais (ou do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos, ou balanço de abertura das licitantes que iniciaram suas atividades neste ano), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e pelo representante da empresa legalmente constituído, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório. Observe que os balanços poderão ser remetidos ao Conselho Regional de Contabilidade para verificação de sua regularidade. Entende-se por “na forma da lei” o seguinte:

-Quando S.A.: balanço patrimonial devidamente publicado no Diário Oficial ou Jornal de grande circulação;

- Quando outra forma societária: balanço patrimonial devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro (art. 1.179) e Instrução Normativa nº 82/2021, do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

b) O cálculo para análise de balanço será feito da seguinte forma:



b.1. Índice de Liquidez

b.1.1. **Liquidez Corrente:** Este quociente oferece o grau de solvência da empresa no interregno de no máximo 2 (dois) anos. O ideal é que este quociente seja superior a 1 (um). Quando for igual ou superior a 1 (um), evidenciará que a entidade possui recursos, no Ativo Circulante, suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo, caso contrário encontra-se em situação de insolvência.

Fórmula:
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.1.2. **Índice de Liquidez Geral:** Este índice oferece uma visão global do grau de solvência da empresa, mostra a existência ou não de recursos financeiros necessários para cobrir os compromissos assumidos com terceiros no prazo mínimo de 2 (dois) anos. Quando este quociente for igual ou superior a 1 (um) poder-se-á afirmar, em princípio, que a entidade se encontra satisfatoriamente estruturada do ponto de vista financeiro. Por outro lado, quando a empresa apresentar o índice inferior a 1 (um) pode-se dizer que a entidade se encontra em situação de insolvência.

Fórmula:
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b.1.3. **Índice de Solvência Geral:** Este índice irá indicar a capacidade financeira da empresa, após converter em dinheiro todo o seu Ativo (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo + Ativo Permanente), para pagar todos os seus compromissos a longo prazo (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo). O ideal é que para cada R\$ 1,00 (um real) de Ativo Total convertido em dinheiro, seja suficiente para pagar R\$ 1,00 (um real) de Exigível Total, demonstrando o limite financeiro mínimo para não incorrer em insolvência.

Fórmula:
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b.1.4. Na aplicação das fórmulas anteriormente mencionadas não será habilitada a empresa que:

- a) apresentar Índice de Liquidez Geral inferior a 1 (um);
- b) apresentar Índice de Liquidez Corrente inferior a 1 (um);
- c) apresentar Índice de Solvência Geral inferior a 1 (um).

b.1.5. As empresas com menos de dois exercícios financeiros devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

11.2.4.1. A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido implicará na decadência do direito de contratação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.2.5. Os documentos descritos acima nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 serão substituídos pelo SICAF, caso as empresas possuam o referido cadastro e o mesmo esteja em situação plenamente legal quanto à validade das certidões na data da realização da sessão.

b.1.6. Exceção feita à certidão exigida na alínea “f” do subitem 11.2.2, pois ainda que a informação conste do SICAF ou a própria licitante apresente certidão, o agente de contratação efetuará consulta para emissão de certidão atualizada no momento da habilitação.



b.1.7. Como garantia de participação, as empresas deverão comprovar possuir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, conforme previsto no art. 69, §4º da Lei nº 14.133/2021, sob pena de inabilitação.

11.2.6. Declarações:

11.2.6.1. Além do preenchimento obrigatório das declarações constantes do sistema eletrônico Comprasnet, a licitante deve apresentar as seguintes declarações junto com os documentos de habilitação:

- a) declaração de responsabilidade pela não realização da visita técnica, caso não seja realizada a visita de que trata o item 11.2.8 deste edital (modelo de declaração no ANEXO III deste edital);
- b) declaração, em papel timbrado da empresa e assinado por pessoa competente, na qual indicará os profissionais responsáveis técnicos detentores dos respectivos Acervos Técnicos;
- c) declaração do(s) profissional (is) responsável (is) técnico(s) indicado(s), aceitando o exercício da função de responsável (is) técnico(s) pelos serviços.

11.2.7. Qualificação técnica:

- a) Certidão de Registro ou inscrição do licitante, bem como de seu(s) responsável(is) técnico(s), Engenheiro Civil ou Arquiteto, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro do prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelos respectivos Conselhos Regionais;
- b) declaração indicando o nome, CPF e número do registro no conselho do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata este edital;
- c) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente (Certidão de Acervo Técnico - CAT), quando for o caso, que demonstrem a capacidade técnico-profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021;
- d) pelo menos 01 (um) Atestado de capacidade técnica profissional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual comprove a prestação do serviço similar ao objeto deste certame, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação. Os atestados deverão demonstrar experiência em execução de obra com as seguintes parcelas de maior relevância de acordo com o Art. 67, § 1º, da Lei 14.133/2021 de forma abaixo:

| ORDEM | ITENS | UND | QUANTIDADE DE MÍNIMA EXIGIDA | PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO |
|-------|---|-----|------------------------------|---------------------------|
| 1 | ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021 | M² | 865 | 50,00% |

e) documento comprovando que o responsável técnico, constante nas Certidões de Acervo Técnico apresentadas, integrará o quadro da empresa na data da entrega da proposta, por meio de uma das seguintes formas:

- 1) empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- 2) sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;
- 3) diretor: cópia de Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia de ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- 4) contrato em regime de prestação de serviços, vigente na data de licitação;
- 5) Certidão do CREA ou CAU;
- 6) declaração através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.
- f) pelo menos 01 (um) Atestado de capacidade técnica operacional para comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados(s) no CREA, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, específica(s) para o serviço referido no(s) Atestado(s), que comprove a execução de serviços/obras com características semelhantes ao objeto da contratação e, especialmente, dos itens de maior relevância, a saber:

| ORDEM | ITENS | UN D | QUANTIDA DE MÍNIMA EXIGIDA | PERCENTU AL MÍNIMO EXIGIDO |
|-------|---|---------|----------------------------------|----------------------------------|
| 1 | ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021 | M² | 865 | 50,00% |

11.2.7.1. O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa somente poderá(ão) participar como responsável(is) técnico(s) por apenas 01 (uma) empresa, sendo inabilitadas as licitantes que mencionarem o mesmo profissional para esta função.

11.2.8. Visita técnica:

a) A licitante deve apresentar atestado de visita técnica, realizada por seu representante, ao local dos serviços a ser fornecido por servidor da SEMINFUDUR/PMC. A vistoria deverá ser agendada pelo telefone (79) 988106507, no horário de 08h00 às 13h00. O atestado de que trata este item será emitido em modelo próprio da SEMINFUDUR/PMC e será entregue pelo(a) servidor(a) responsável pelo acompanhamento do funcionário da empresa durante a vistoria.

a.1) A visita técnica de que trata este item é facultativa, sendo suficiente a apresentação de declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto, ou, ainda, declaração da licitante assumindo toda a responsabilidade pela não realização da vistoria do local de execução do serviço (modelo de declaração no ANEXO III deste edital).



11.3. A habilitação dos participantes, quanto à existência de qualquer impedimento ou suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual de Calçoene/AP ou declaração de inidoneidade, será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste edital:

- a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ – Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (<http://www.tst.jus.br/certidao>);
- d) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

11.4. Todos os documentos exigidos poderão ser apresentados por meio de cópias, podendo ser solicitada oportunamente a comprovação de sua autenticidade. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme artigo 12, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

11.5. A documentação exigida deverá ter validade no mínimo até a data prevista para a sessão pública virtual, observado o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Se o prazo de validade das Certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo de validade é o seguinte à sua emissão).

11.6. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Certidão de Negativa de Débito Trabalhista, e outras solicitadas no edital para fins de habilitação) e qualificação exigida na licitação.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1. O agente de contratação efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo MENOR PREÇO GLOBAL, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

12.1.1. O agente de contratação, conjuntamente com o setor requisitante, verificará a(s) proposta(s) apresentada(s), e desclassificará, motivadamente, aquela(s) que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

12.1.2. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos constantes no ANEXO I – Planilha de Preços deste edital.

12.2. Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atendam às exigências deste edital e seus anexos ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;
- b) que contiverem preço condicionado a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- c) que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseados nas ofertas de outras



licitantes;

d) que ofertem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles irrisórios ou de valor zero, ou que não venham a ter a sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que os custos dos serviços são coerentes com os de mercado;

d.1) No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

e) que apresentarem proposta alternativa;

f) cuja empresa convocada não apresente as informações complementares ou amostras solicitadas ou as apresente fora do prazo estipulado, ou cujas amostras do produto ofertado tenham sido reprovadas.

Como critério para desclassificação de propostas observar-se-á, ainda, o disposto no item 5.3 do ANEXO IV – Projeto Básico deste edital.

12.3. O critério de aceitabilidade dos preços unitários e global propostos será o da compatibilidade com os preços estimado pela PMPG, conforme a planilha orçamentaria de preços.

12.4. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar, bem como a planilha de custos e formação de preços com valores ajustados ao lance final quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposições do edital.

12.5. Serão recusados os preços finais e os **preços unitários** com valores superiores ao limite estabelecido neste edital ou manifestamente inexequíveis, conforme o item “d.1”.

12.6. No que se refere aos preços global e unitários com presunção de inexequibilidade, será oportunizado as empresas arrematantes a comprovar sua exequibilidade.

12.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

12.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos todos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixados neste Edital, conforme as especificidades do mercado correspondente;

12.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8. No caso de divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros.

12.9. O desatendimento de exigências formais, sendo estas não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sempre assegurando a todas as licitantes a paridade de tratamento neste aspecto.

a) O agente de contratação e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo: o agente de contratação examinará a compatibilidade do preço ofertado pelo proponente melhor classificado, analisando os preços praticados para essa espécie de contratação no âmbito da Administração Pública e as condições atuais de mercado, de acordo com as informações constantes dos autos. Não sendo aceito, o agente de contratação, por intermédio do sistema eletrônico, encaminhará contraproposta objetivando a



redução do valor ofertado;

b) O agente de contratação poderá solicitar a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero (exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) ou com grande disparidade entre o valor ofertado e aquele estimado pela Administração; Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, no prazo de até 02 (duas) horas, com seguintes documentos:

- Justificativas e comprovações de que os custos ofertados com indícios de inexecuibilidade são compatíveis com os valores praticados no mercado ou por outros órgãos públicos;
- Planilha de composição de preços, justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- Acordos, Convenções ou sentenças normativas em Dissídios Coletivos de Trabalho;
- Indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- Contratos que a proponente já mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e/ou fabricantes;
- Documentos fiscais de objetos adquiridos ou fornecidos pela proponente;
- Pesquisas junto a órgãos, entidades e empresas públicas, bem como empresas privadas de modo a obter as informações necessárias à comprovação da exequibilidade do valor proposto;

c) as causas de oscilações de mercado que provoquem a diminuição do percentual de descontos deverão ser comprovadas pela licitante interessada, ainda na fase de negociação com o agente de contratação;

d) não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte da licitante, o agente de contratação recusará sua proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção de preço julgado aceitável.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Após o julgamento, habilitação e recursos, o objeto será adjudicado à vencedora e o resultado homologado pela autoridade competente.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

14.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este edital ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, encaminhando seus questionamentos ao e-mail cpl.pmc2020@gmail.com, dirigido ao agente de contratação.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será processada e julgada na forma e no prazo previsto no parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.



Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para a realização do certame.

14.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

14.3. Dos atos do agente de contratação neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão, mediante registro de intenção de recorrer. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, nos formulários próprios.

14.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, no prazo de até 10 (dez) minutos, conforme previsão do artigo 40 da Instrução Normativa nº 73/2022.

14.5. Recurso contra decisão do agente de contratação terá efeito suspensivo.

14.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7. Os recursos e contrarrazões de recursos deverão ser dirigidos ao agente de contratação que, se não reconsiderar sua decisão os submeterá, no prazo de 03 (três) dias úteis e devidamente instruído, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.8. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados fora do sistema eletrônico.

14.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Central de Licitações, localizada no edifício sede da Prefeitura Municipal de Calçoene/AP, na Rua Teodoro Leal, nº s/n, bairro Centro, CEP 68.960-000, na cidade de Calçoene– AP.

15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

15.1. Para a execução do objeto previsto neste edital a licitante vencedora da licitação deverá observar e cumprir todas as condições, procedimentos, prazos e demais exigências previstas no ANEXO IV – Projeto Básico deste edital e no futuro contrato.

15.2. A não observância do subitem 15.1 sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis conforme a legislação vigente.

15.3. A subcontratação da execução de parte do objeto da contratação será permitida nas condições previstas nesta seção, respeitando as normas e limitações estabelecidas pela **Lei nº 14.133, de 2021**, e de acordo com o item 6 do Termo de Referência.

16. DO PAGAMENTO



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

16.1. As faturas/notas fiscais, uma vez certificadas pelo gestor do contrato, serão pagas mediante depósito bancário na conta corrente indicada pela Contratada, em até trinta dias após sua certificação;

16.2. O pagamento será efetuado conforme as medições da obra, de acordo com os critérios previstos no Termo de Referência, devendo a Contratada expedir Nota Fiscal, juntamente com a seguinte documentação;

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Previdenciários;
- b) Certidão de Regularidade de FGTS;
- c) Certidão de quitação de Tributos Estaduais e Municipais, do domicílio ou sede da contratada;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Para fins do disposto neste subitem serão admitidas certidões positivas com efeito de negativa;

As certidões previstas nas alíneas “a” a “d” do subitem 16.2 poderão ser consultadas pela própria contratante, por meio da internet;

A lista de documentos exigidos para pagamento poderá ser alterada a qualquer momento em caso de alteração da legislação ou necessidade da fiscalização do contrato.

Caso a contratada se encontre pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a Administração poderá rescindir o contrato.

16.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre o prazo previsto no item 16.1 e a dada correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(12/100)}{365} = 0,00032876$$

TX = Percentual da taxa anual = 12%.

16.4. Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à contratada para a devida regularização, caso em que o prazo referido no subitem 16.1 deste edital passará a fluir após a reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

17. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO



17.1. O contrato poderá ser extinto na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. **Moratória de 0,5 % (meio. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento)**
 - i. *O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 17.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 17.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 17.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 17.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 17.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso haja, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos



os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

18.11. No que tange a abertura ou pedido de qualquer sanção ou punição ao contratado mencionado nestes autos, os mesmos serão abrangidos a priori pelo Fiscal(is)

19. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

19.1. O procedimento poderá ser revogado por motivo de interesse público superveniente ou anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação, nos termos da legislação. .

DAS OBRIGAÇÕES

19.2. Além das obrigações previstas no ANEXO V, a empresa vencedora obriga-se a:

Refazer ou substituir, às suas expensas, o serviço ou o material que for entregue em desacordo ao firmado no contrato.

Obedecer às discriminações estabelecidas nas especificações de cada item.

Responsabilizar-se por todo o processo logístico e operacional decorrente da execução do objeto ofertado, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

Garantir a qualidade dos bens e serviços fornecidos, sob pena de sofrer rejeição ou troca em caso de descumprimento às especificações contidas neste edital e seus anexos.

Responsabilizar-se por eventuais danos ou acidentes causados, direta ou indiretamente, a PMC ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes,



empregados, prepostos e/ou fornecedores em virtude do objeto ofertado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pelo PMC.

Comunicar a PMC, antes de expirado o prazo de execução, anexando documentação comprobatória, a ocorrência de casos fortuitos prejudiciais à execução do objeto.

Incluir na proposta apresentada todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de qualquer imposto, taxa, contribuições, fretes e obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito, e também percentuais de descontos concedidos.

Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal e trabalhista exigidas e apresentadas na assinatura do instrumento contratual.

Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidades a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

Cumprir outras obrigações constantes do contrato.

19.3. A Contratada não será responsável:

Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior.

Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.

19.4. Além das obrigações previstas no ANEXO V, a PMC obriga-se a:

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da contratada às dependências da PMC.

Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

Receber pedidos de prorrogação de prazo, desde que, encaminhados a SEMINFDUR e solicitados com, pelo menos, 10 (dez) dias do vencimento do prazo de entrega do objeto, ou seja, com tempo hábil a sua análise e deliberação.

Aceitar pedidos de prorrogação devidamente documentados, onde constem motivos para o mesmo e com documentos hábeis a comprovar a necessidade de tais pedidos.

Enviar as notas de empenho por qualquer meio eletrônico, ou pessoalmente, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da licitante e o funcionário que efetuou o recebimento. A partir disto, inicia-se o prazo de entrega do objeto licitado.

20. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

20.1. A licitante vencedora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que a PMC, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira,



determinar, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

20.2. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

20.3. Havendo necessidade de aditivos contratuais, serão observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

21. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

21.1. Fica a contratada obrigada a prestar garantia, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no §1º do citado artigo, ficando retida até o término dos serviços.

21.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela PMC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

21.3. Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e decustódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Caso opte por uma das modalidades previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem anterior, a contratada deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da ordem de serviço ou nota de empenho.

Caso opte pela modalidade prevista na alínea “b” do subitem anterior, a licitante vencedora deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 01 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no artigo 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial ou econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente.

22.2. A participação do licitante no certame e a apresentação de proposta a esta licitação implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital e seus anexos.



- 22.3. Poderão ser admitidos, pelo agente de contratação, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.
- 22.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a PMC revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 22.5. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a extinção do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
- 22.6. É facultado ao agente de contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 22.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo agente de contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.
- 22.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Eletrônico da Prefeitura Municipal de Calçoene/AP.
- 22.10. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo agente de contratação com base na legislação vigente.
- 22.11. Para contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário, ou seja, quando contiver expressamente outra forma de contagem ou ainda a expressão “dias úteis”. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na PMC.
- 22.12. Fica designado o foro da cidade de Calçoene, estado do Amapá – Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 22.13. Quaisquer dúvidas surgidas quanto a este processo licitatório poderão ser sanadas pelo e-mail: cpl.pmc2020@gmail.com.
- 22.14. Esta licitação é condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, da transparência, da eficácia, da vinculação ao



editais, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, do desenvolvimento sustentável, e aos que lhes são correlatos.

22.15. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.16. Os participantes de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

22.17. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do agente de contratação em contrário.

23. ANEXOS DO EDITAL

23.1. Constituem anexos deste edital os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – Planilha de Preços Máximos;
- b) ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta Comercial;
- c) ANEXO III – Modelos de Declaração;
- d) ANEXO IV – Projeto Básico Completo (Arquitetônico, técnico e orçamentário);
- e) ANEXO V – Minuta do Contrato.
- f) ANEXO VI – Termo de Referência

Calçoene/AP, 27 de abril de 2026

Expedito da Siva Viana
Coordenador da Central de Compras e Licitação



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO I
PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS**

| Item | Descrição | Unid | Quant | Valor Unitário | Valor Total |
|-------------|---|------|-------|---------------------|---------------------|
| 01 | Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP | Unid | 01 | R\$ 3.192.079,80 | R\$ 3.192.079,80 |
| Valor Total | | | | | R\$ 3.192.079,80 |

OBSERVAÇÕES:

- 1 –Em caso de divergência entre as especificações deste edital e do sistema eletrônico (Comprasnet), prevalece o que consta deste edital.
- 2 –Nos valores acima já estão embutidos os BDI's (geral e equipamentos).



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO II
MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Processo Licitatório nº xxxxxxxx/2026 Concorrência nº xxxx/2026

| item | banco | Cod. item | descrição | und | quant | Valor unit s/BDI | Valor unit. c/ BDI | Total | peso |
|------|-------|--------------|-----------|-----|-------|------------------------|-----------------------|-------|--------|
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | Total sem BDI | | | R\$ xx |
| | | | | | | Total do BDI | | Xxxx% | R\$ xx |
| | | | | | | Total geral | | | R\$ xx |

Razão Social da Licitante:

CNPJ nº:

Endereço:

Prazo de pagamento: Conforme Minuta do contrato, ANEXO V.

Dados bancários para pagamento:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação.

Nome do representante que assinará o contrato:

CPF nº:

RG nº:

Telefone Celular/Comercial:

E-mail:

Data de apresentação da proposta:

Declaro que esta proposta inclui todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto ofertado, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes à entrega do objeto conforme especificações exigidas, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, e que o preço proposto corresponde, rigorosamente, às especificações do objeto ofertado, sendo de inteira responsabilidade da proponente eventuais erros nessa avaliação, não lhe cabendo solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente e demais custos que deveriam ser considerados na elaboração desta proposta.

Declaro também que esta proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação desta proposta.

Assinatura do representante legal

OBS:

- 1.A proposta de preços deverá ser redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, em estrita observância às especificações contidas neste edital;
- 2.Os preços unitários e totais deverão ser cotados com apenas DUAS casas decimais, sendo as demais desprezadas (ou seja, o arredondamento será sempre para baixo), em algarismos e por extenso, em moeda nacional;
- 3.A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens e demais despesas inerentes, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente;
4. **A proposta comercial deve ser apresentada junto com as planilhas orçamentárias, na forma prevista no item 10.1 deste edital.**



**ANEXO III
(MODELO DE DECLARAÇÃO)**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA
TÉCNICA**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP

REF.: CONCORRÊNCIA Nº xxxx/2026

Data ____ / ____ / ____

A empresa _____, CNPJ _____, sediada (endereço completo _____), por intermédio de seu representante legal o(a)

sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____

_____, se declara responsável pelas implicações do conhecimento prévio de todas as condições do local de execução dos serviços e obras, bem como, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a PMC.

Declara também que sua proposta leva em consideração todas essas informações e que é de seu conhecimento que servidores da PMC, estiveram à disposição para receber todos os interessados para visita técnica até um dia antes da data marcada para abertura do certame licitatório.

Portanto, esta licitante se declara ciente de que nenhuma informação que poderia ser obtida com a vistoria técnica ao local de execução dos serviços e obras poderá ser alegada com o intuito de modificar ou frustrar sua proposta ou o futuro contrato eventualmente celebrado, sob pena das sanções legais.

Nome e assinatura do Representante Legal da empresa



ANEXO IV
PROJETO BÁSICO COMPLETO

Em face do volume deste anexo, o mesmo será disponibilizado como arquivo próprio, juntamente com o edital do certame, nos sistemas eletrônicos de licitação, link do arquivo do projeto:

[https://drive.google.com/drive/folders/18pySCUMOB0bBON4CmBxoVKEjHYUV_AMh?usp=drive link](https://drive.google.com/drive/folders/18pySCUMOB0bBON4CmBxoVKEjHYUV_AMh?usp=drive_link)



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO Nº xxxxx/2026 -PMC

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
CALÇOENE COMO CONTRATANTE E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, COMO
CONTRATADA, PARA OS FINS NELE
DECLARADOS.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP, com sede na xxxxxxxx, nº s/n, bairro Olaria, Calçoene/AP, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, neste ato representado pelo Prefeito **Antônio de Sousa Pinto**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº

_____, com sede na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, neste ato representada por _____, RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliada na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente Contrato para **prestação de serviços de engenharia para realizar a execução de obra para xxxxxxxxxxxx**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, inclusive pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 12.846/2013, e legislações pertinentes; Edital do Processo Administrativo nº xxxxxxxx, Concorrência nº xxxxxx/2025, com sessão realizada em ____/____/_____, e respectivas atas de abertura e julgamento que integram este Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na **Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP – Termo de Compromisso nº 992360/2025/MCIDADES/CX**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços será de forma indireta, no regime de empreitada por preço global, de acordo com o Art. 46, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, conforme art. 106 da Lei 14.133/21.

Parágrafo único. O prazo de execução dos serviços será de xxxxx (xxxxxxx) dias, conforme previsão do cronograma físico-financeiro constante da Planilha Orçamentária e a empresa tem até 5 (cinco) dias úteis para início da execução da obra, a contar da data do recebimento da ordem de serviço.



CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

O valor previsto para a realização dos serviços é de **R\$ (x x x x x)**, com inclusão do Bônus por Despesas Indiretas – BDI (xxxxx% para BDI), previsto na alínea "f" do inciso XXV do artigo 6º da Lei 14.133/21, que será pago de acordo com as medições efetuadas e devidamente atestadas pela fiscalização do **CONTRATANTE**.

§ 1º O pagamento será efetuado conforme as medições da obra, devendo a **CONTRATADA** expedir Nota Fiscal, que será atestada pela Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – SEMINFUR.

§ 2º O pagamento será efetuado conforme a execução da obra e a medição da sua etapa correspondente, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/Fatura discriminatória, em via única, devidamente atestada;
- b) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e Previdenciários;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- g) Guia de Recolhimento de FGTS (GRF) correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- h) Comprovante de recolhimento do FGTS;
- i) Guia de Recolhimento de INSS (GPS) correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- j) Comprovante de recolhimento do INSS;
- k) Informações à previdência (GFIP), correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- l) Comprovante de pagamento dos funcionários correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- m) Cópia dos registros de ponto dos funcionários correspondentes ao mês da última Nota Fiscal vencida compatível com os empregados vinculados;
- n) Cópia do diário de obras correspondente ao mês da medição;
- o) Relatório fotográfico da medição corrente, demonstrando todos os serviços realizados no período.

§ 3º Ademais, antes da primeira medição, a empresa deverá apresentar:

- a) Todos os programas de segurança do trabalho necessários;
- b) ART do responsável técnico de execução da obra (em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato, vide obrigações da **CONTRATADA**);
- c) Cadastro da CNO preenchida.

§ 4º A lista de documentos poderá ser alterada pelo **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, em caso de mudança na legislação ou necessidade da fiscalização do Contrato.



§ 5º No caso de falhas na entrega ou execução do objeto ou na documentação de cobrança, o prazo para pagamento será suspenso, até a correção, e passa a contar a partir da regularização das falhas apontadas.

§ 6º Caso a documentação não esteja regularizada, a contagem do prazo para pagamento dar-se-á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação.

§ 7º Em caso de não aprovação da Nota Fiscal, por motivo de incorreção, rasuras ou imprecisão, será ela devolvida à **CONTRATADA** para a devida regularização, caso em que o prazo referido no §5º passará a fluir após a reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida..

§ 8º Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preço.

§ 9º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado:

$$I = (TX) I = (12/100) I = 0,00032876365365$$

TX = Percentual da taxa anual = 12%.

§ 10. O Reajuste e a Revisão de preços deverão atender às premissas elencadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seus acórdãos e documentos oficiais. Como complemento, será utilizada a Norma Técnica para Avaliação do Desequilíbrio Econômico-Financeiro de Contratos de Obras de Engenharia (IBAPE 003, de 19/09/2014, do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE). O ônus da prova dos fatos (desequilíbrio) é da própria empresa, a quem também cabe comprovar abundantemente a questão pleiteada, para subsidiar análise assertiva por parte do **CONTRATANTE**.

§ 12. Para fins de comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no mínimo, as seguintes documentações:

- a) Requerimento devidamente assinado pelo seu representante, contendo as devidas justificativas;
- b) Documentações hábeis demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
- c) Simulação da planilha orçamentária desde a sua data-base até o mês onde for solicitado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo-se, neste caso, ser utilizada a própria tabela SINAPI – uma vez que a mesma é mensalmente atualizada pela Caixa Econômica Federal;
- d) Cotações e Notas Fiscais dos insumos/serviços compreendendo o período pleiteado para o



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

reequilíbrio econômico-financeiro, desde o mês utilizado como data-base da planilha licitada até o mês de pleiteamento da revisão de preços;

- e) Mapa de pesquisa de mercado alocando todos os preços obtidos através das cotações e Notas Fiscais apresentadas;
- f) Composições de custos unitários com os preços originalmente licitados;
- g) Composições de custos unitários com os preços modificados conforme mapa de pesquisa de mercado;
- h) Planilha sintética contendo o comparativo entre os valores originais e revisados dos serviços, cuja diferença, somada, será o valor do reequilíbrio econômico-financeiro.

§ 13. Os preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite da apresentação da proposta de preços pela **CONTRATADA** ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado em 12 (doze) meses adotando a seguinte fórmula:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P \times (1 + V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo P = preço atual (antes do reajuste)

V = variação percentual obtida pelo INCC-DI.

A variação percentual ("V"), por sua vez, é obtida através da seguinte equação:

$$V = (Li - Lo) / Lo \text{ Onde:}$$

Li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento, conforme histórico INCC-DI

Lo = Índice de preço verif. no mês de abertura da proposta que deu origem ao contrato, conforme histórico INCC-DI

§ 15. Os serviços incluídos em aditivos de acréscimo e precificados por meio de cotações no mercado local/nacional não sofrerão reajuste, tendo em vista que os preços foram atualizados antes da celebração do Termo Aditivo.

§ 16. Eventuais atrasos ocasionados pela **CONTRATADA** serão retirados do saldo remanescente que servirá como base de cálculo para aplicação da percentual de reajuste.

§ 17. Os valores reajustados, quando de direito e após aprovação do **CONTRATANTE**, serão pagos proporcionalmente às medições efetuadas.

§ 18. Qualquer documentação adicional porventura solicitada pelo **CONTRATANTE** deverá ser fornecida pela **CONTRATADA**.

§ 19. Não será devido reequilíbrio econômico-financeiro para variações ordinárias do valor dos materiais e mão de obra e tampouco quando o impacto ocorrido no contrato for oriundo de atrasos ou outros fatos cujo nexos causal tenha sido originado pela própria **CONTRATADA**.

§ 20. Não serão revisados/reequilibrados serviços já reajustados.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas referentes ao objeto deste Contrato correrão pelas seguintes fontes:

Unidade Orçamentária: xxxxxxxxxx;



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Funcional-Programática: xxxxxxxxxxxx - xxxxxxxxxxxx;

NATUREZA DA DESPESA: xxxxxxxxxxxx;

Fonte: R\$ xxxx - xxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

1. Publicar no Diário Oficial da União o extrato do contrato;
2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
3. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA** através de seus representantes legais;
4. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a contratação e quaisquer falhas ocorridas, para imediata adoção das providências de saneamento;
5. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal no prazo avençado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
6. Deduzir e recolher na fonte os tributos pertinentes sobre os pagamentos efetuados à **CONTRATADA**;
7. Decidir sobre eventuais alterações necessárias no instrumento contratual, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;
8. Colocar à disposição da **CONTRATADA** os elementos e informações necessários à execução do contrato;
9. Atestar a entrega do serviço e receber a Nota Fiscal/Fatura correspondente;
10. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela **CONTRATADA** para entrega ou execução do objeto;
11. Supervisionar e fiscalizar os materiais, equipamentos e utensílios disponibilizados para execução dos serviços, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar substituir os que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Registrar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato por ambas as partes;
2. Providenciar a ligação provisória de água e energia, caso necessário;
3. Assumir a responsabilidade e efetuar o pagamento de todos os tributos e obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo pelo **CONTRATANTE**;
4. Realizar a inscrição da obra no CNO no máximo até 30 dias após o seu início. E apresentar junto as documentações da primeira medição. Salvo por motivos de força maior e devidamente justificados;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5. Manter no local dos serviços e obras instalações, funcionários e equipamentos em número, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato;
6. Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução do cronograma físico financeiro do contrato;
7. Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços e obras objeto do **contrato**;
8. Realizar e responsabilizar-se por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, se for o caso;
9. Entregar os bens e serviços discriminados em sua proposta, em conformidade com as especificações e nas condições exigidas no contrato e seus anexos, e substituir qualquer item que, a juízo do **CONTRATANTE**, não esteja de acordo com o ajustado;
10. Fornecer ao **CONTRATANTE** o correspondente termo/certificado de garantia dos materiais e equipamentos aplicados na obra;
11. Observar de forma rigorosa as recomendações aceitas pela boa técnica, normas reguladoras, normas técnicas e legislação pertinente ao objeto contratado;
12. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, solucionando de imediato todas as ocorrências relacionadas ao objeto contratado;
13. Reparar, corrigir, remover, substituir ou ressarcir às suas expensas, no prazo determinado pela fiscalização, os prejuízos causados ao patrimônio do **CONTRATANTE** em decorrência da execução do objeto contratado;
14. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras pessoas físicas ou jurídicas, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
15. Assumir inteira responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros no cumprimento do objeto;
16. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do **CONTRATANTE** prestando todos os esclarecimentos solicitados acerca da execução do objeto contratado;
17. Cumprir as solicitações formais ou instruções complementares da fiscalização pertinentes à execução contratual;
18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, no que couber, as normas internas do **CONTRATANTE** pertinentes ao objeto do contrato;
19. Reportar-se, quando houver necessidade, ao gestor ou ao fiscal e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
20. Comunicar ao gestor, por escrito, quaisquer anormalidades ocorridas durante a execução contratual;
21. Cumprir os prazos previamente estabelecidos pela fiscalização para a execução, reparo, correção, remoção, substituição ou ressarcimento de bens e serviços;
22. Não divulgar informações a terceiros ou realizar publicidade acerca do objeto, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**;



23. Cumprir a legislação municipal, estadual e federal de preservação ambiental, notadamente as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
24. Distribuir e supervisionar os empregados sob sua responsabilidade, zelar pelo cumprimento das tarefas e prazos, pela qualidade dos serviços e solução dos problemas;
25. Exigir de seus empregados a observação da técnica adequada na utilização dos materiais, equipamentos e ferramentas disponibilizados para a execução dos serviços;
26. Não estocar materiais não pertinentes à execução contratual no local de execução dos serviços;
27. Não introduzir, utilizar ou estocar nas dependências do **CONTRATANTE**, materiais perigosos, exceto os autorizados pela fiscalização, devendo a contratada providenciar a sinalização e os dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor;
28. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução do objeto contratado ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências do **CONTRATANTE**;
29. Empregar na execução do objeto somente empregados habilitados nas profissões declaradas em sua proposta, podendo a fiscalização exigir a qualquer tempo a comprovação;
30. Fiscalizar e orientar os empregados na execução do objeto contratado;
31. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes de trabalho, inclusive incêndios, nos imóveis do **CONTRATANTE**;
32. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
33. Arcar com o ônus decorrente de equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta comercial, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento do objeto contratado;
34. Não permitir no canteiro de obras do **CONTRATANTE**, pessoas que não tenham relação direta com a execução do objeto contratado;
35. Prestar obediência às cláusulas acordadas na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional dos empregados alocados para execução dos serviços, que esteja em vigência e homologada pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
36. Responsabilizar-se pela gestão da mão de obra necessária para execução do objeto contratado;
37. Submeter à aprovação do fiscal todos os insumos disponibilizados para execução do objeto, antes de sua aplicação ou utilização;
38. Substituir às suas expensas quaisquer materiais e insumos recusados por serem considerados inadequados à execução do objeto contratado;
39. Substituir, às suas expensas o objeto que apresentar defeito antes do recebimento definitivo;
40. Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas de segurança do trabalho em vigor para execução do objeto contratado, bem como fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPIs aos seus empregados e exigir sua utilização na forma da legislação vigente;
41. Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;



42. Comunicar por escrito à fiscalização do **CONTRATANTE**, de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venham a ocorrer com seus empregados;
43. Pagar os salários e outros direitos dos empregados até as datas limites estabelecidas em lei e Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria;
44. Não vincular, sob hipótese alguma, o pagamento dos salários e demais benefícios de seus empregados aos pagamentos efetuados pelo **CONTRATANTE**. A inadimplência da **CONTRATADA** para com obrigações deste item, não transfere ao **CONTRATANTE** responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
45. Após a execução do objeto, proceder à retirada de entulhos e a limpeza detalhada dos locais de trabalho;
46. Após a execução do objeto, recolher ao pátio da PMC, todo material que se vierem para cercamento (tapume) da obra.
47. Efetuar a baixa da CNO junto à Receita Federal em até 60 dias, após a conclusão da obra, podendo esse prazo ser estendido, caso seja apresentado as devidas justificativas dentro do prazo estipulado.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA TÉCNICA

A empresa executora da obra será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura forem entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do projeto arquitetônico e complementares.

§ 1º Para todos os efeitos, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme art. 618 do Código Civil Brasileiro.

§ 2º Nesse período o **CONTRATANTE** poderá exigir da **CONTRATADA** a correção de qualquer patologia, defeito ou incorreção que se apresentarem nos serviços realizados.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL E DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica a **CONTRATADA** obrigada a prestar garantia, por ocasião da assinatura do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, nas modalidades previstas no § 1º do citado artigo, ficando retida até o término da obra.

§ 1º A subcontratação da execução de parte do objeto da contratação será permitida nas condições previstas nesta seção, respeitando as normas e limitações estabelecidas pela **Lei nº 14.133, de 2021**, e de acordo com item 6 do Termo de Referência:

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DA OBRA

O Recebimento dos serviços e obras executados pela **CONTRATADA** será efetivado em (02) duas etapas sucessivas.

§ 1º Na **primeira etapa**: após a conclusão dos serviços, a **CONTRATADA** solicitará oficialmente uma vistoria da Fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços para realizar o **Recebimento Provisório**. Nessa etapa, a **CONTRATADA** entregará os certificados de garantia dos



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

objetos e componentes do serviço, garantindo sua qualidade nos termos do Projeto Básico. Após a vistoria, serão apontadas as eventuais correções necessárias ao Recebimento Definitivo, com prazo para execução dos ajustes, caso houver.

§ 2º Na **segunda etapa**, após a conclusão das eventuais correções, complementações e solicitação oficial da **CONTRATADA**, será realizada nova vistoria pela fiscalização e/ou Comissão de Recebimento de Obras e Serviços, para o **Recebimento Definitivo**. O Recebimento Definitivo somente será efetivado pelo **CONTRATANTE** após a apresentação pela **CONTRATADA** da Certidão Negativa de Débito fornecida pelo INSS, Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e comprovação de pagamento das demais taxas, impostos e encargos incidentes sobre o objeto do contrato, além de Certificado de Conclusão de Obra, baixa do CNO (Cadastro Nacional de Obras). Tanto o Recebimento Provisório quanto o Definitivo deverão ser efetuados por no mínimo:

- 3 (três) servidores do **CONTRANTE** portariados para gestão e fiscalização do contrato; ou
- 1 (um) representante de cada disciplina de projeto, a depender da quantidade de disciplinas envolvidas no objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer cláusula ou condição deste contrato, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, resultará na aplicação das sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas aplicáveis, assegurando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório e, na hipótese da **CONTRATADA** praticar quaisquer das infrações abaixo discriminadas, o **CONTRATANTE** poderá aplicar multa de 0,50% (cinco décimos por cento) a 2,00% (dois por cento), conforme tabelas a seguir:

| GRAU CORRESPONDE | |
|-------------------------|-------|
| UNICIA | |
| 1 | 0,50% |
| 2 | 1,00% |
| 3 | 1,50% |
| 4 | 2,00% |

| ITEM | DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA | SOBRE O VALOR TOTAL DO (A) |
|-------------|--|-------------|-------------------|-----------------------------------|
| 1 | Não registrar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) antes do início da respectiva atividade técnica | 1 | Por dia | Contrato |
| 2 | Atraso no início da execução da obra | 2 | Por dia | Contrato |
| 3 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais. | 4 | Por ocorrência | Medição |
| 4 | Suspender ou interromper os serviços | 2 | Por dia | Saldo Remanescente |



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

| | | | | |
|----|--|---|-------------------------|--------------------|
| | contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito. | | | |
| 5 | Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados. | 3 | Por empregado e por dia | Medição |
| 6 | Executar serviços fora das especificações previstas no edital e seus anexos sem a autorização formal do Ministério Público. | 3 | Por ocorrência | Medição |
| 7 | Não manter o diário de obra atualizado | 2 | Por dia | Medição |
| 8 | Permitir a presença de empregado desuniformizado na obra. | 1 | Por ocorrência | Medição |
| 9 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização. | 3 | Por ocorrência | Medição |
| 10 | Deixar de fornecer todos os materiais em quantidades adequadas para a perfeita execução dos serviços objeto do contrato. | 3 | Por ocorrência | Medição |
| 11 | Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal. | 1 | Por empregado | Medição |
| 12 | Deixar de pagar os salários e entregar os vales-transportes e/ou vales-alimentação nas datas avençadas. | 3 | Por empregado | Medição |
| 13 | Deixar de substituir equipamentos e materiais que apresentarem rendimento insatisfatório e baixa qualidade nos serviços executados. | 4 | Por ocorrência | Medição |
| 14 | Deixar de fornecer Equipamentos de Proteção Individual - EPIs aos seus empregados e de exigir sua utilização na forma da legislação vigente. | 3 | Por empregado | Medição |
| 15 | Deixar de orientar e exigir de seus empregados a postura e compostura compatíveis com o ambiente de trabalho. | 3 | Por empregado | Medição |
| 16 | Permitir que seus empregados divulguem assuntos de interesse Institucional que tomam conhecimento. | 4 | Por ocorrência | Medição |
| 17 | Atraso na entrega da obra no tempo previsto. | 3 | Por dia | Saldo Remanescente |
| 18 | Deixar de cumprir quaisquer obrigações constantes no edital e seus anexos, não previstas nesta tabela de multas. | 3 | Por ocorrência | Medição |

§ 1º No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva



intimação.

§ 2º Pela prática de infrações administrativas, o **CONTRATANTE** poderá, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Estado do Amapá;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 3º A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato.

§ 4º Caso a **CONTRATADA** dê causa à inexecução parcial do contrato também estará sujeita a multa de mora.

§ 5º A multa de mora, quando aplicada “por dia de atraso”, será limitada a 30 (trinta) dias. Se o atraso exceder esse período, o **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato.

§ 6º No caso de atraso injustificado na execução dos serviços e/ou a prática de quaisquer infrações, o **CONTRATANTE** poderá, garantida ampla defesa e o contraditório, aplicar multas à **CONTRATADA**, na forma prevista no item 10.2 do ANEXO IV – Projeto Básico do edital.

§ 7º Em caso de inexecução total ou em caso de recusa de assinatura do termo contratual por parte da **CONTRATADA**, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial.

§ 8º A **CONTRATADA** que der causa à inexecução total ou parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; não entregar a documentação exigida no edital; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado do Amapá, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste contrato e cominações legais aplicáveis.

§ 9º A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do **CONTRATANTE**, atuação

com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao **CONTRATANTE** ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da **CONTRATADA** de transacionar com a Administração Pública, podendo ainda ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- e) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a PMC, em virtude de atos ilícitos praticados;



f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**;

g) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura do contrato;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 10. A declaração de inidoneidade também será aplicada na ocorrência das infrações previstas no subitem 18.6 do edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

§ 11. A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas ou qualquer outro ato que gere em prejuízo do **CONTRATANTE** ou, ainda, aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da **CONTRATADA** de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

e) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do **CONTRATANTE**;

f) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133/2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do **CONTRATANTE** após a assinatura do contrato;

g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

§ 12. A declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 13. As sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do §2º são de competência do Secretário de administração da PMC.

§ 14. A sanção estabelecida na alínea “d” do § 2º é de competência do Procurador-Geral da PMC, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da abertura de vista.

§ 15. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis do **CONTRATANTE**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de intimação.



§ 16. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão citada no §15, a **CONTRATADA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 17. A comissão citada no §15, mediante decisão fundamentada, indeferirá provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 18. É admitida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste parágrafo;

§19. A sanção aplicada por apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou por prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, exigirá, como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§20. As sanções de multa podem ser aplicadas juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

§21. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

§22. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

§23. Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual à Controladoria Geral do Estado de Rondônia, nos termos da Lei nº 2.414/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões determinados pelo **CONTRATANTE**, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) previsto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.



§ 2º Havendo necessidade de aditivos contratuais, serão observadas as disposições do item 6.5 do ANEXO IV do Projeto Básico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS GARANTIAS

§1º Fica a contratada obrigada a prestar garantia, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no §1º do citado artigo, ficando retida até o término dos serviços.

§2º Será exigida garantia adicional do licitante vencedor, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela PMC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

§3º Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e decustódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. seguro-garantia;

III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

§4º Caso opte por uma das modalidades previstas nos incisos “I” e “III” do parágrafo anterior, a contratada deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da ordem de serviço ou nota de empenho.

§5º Caso opte pela modalidade previsto no inciso “II” do parágrafo anterior, a licitante vencedora deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 01 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no artigo 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de revogar o presente processo licitatório, em razão de interesse público, decorrente de fato superveniente relacionado ao objeto licitado.

Parágrafo único. A licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, pela simples constatação de fato superveniente, no caso de surgimento de vícios insanáveis, fato que não gerará direito à indenização, salvo se verificada a hipótese do artigo 149, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser extinto na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente Contrato para todos os efeitos, independentemente de transcrição, o Edital da Concorrência nº xxxxxx/2025, o Projeto básico a proposta vencedora, as atas de abertura e julgamento



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE-AP
CENTRAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

da documentação e das propostas, o instrumento legal que outorga poderes ao representante da **CONTRATADA**, bem como planilha com a proposta orçamentária e o cronograma físico financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos não previstos expressamente neste Contrato serão dirimidos por acordo entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, E na ausência de previsão destes diplomas legais, valerão as regras de contratos do direito privado (art. 89).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro de Calçoene/AP, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam eletronicamente o presente contrato as partes e 2 (duas)

testemunhas.

Calçoene/AP, ____/____/ 2025.

PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal
CONTRATANTE

Representante legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____



ANEXO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05.990.007/2026-SEMINFDUR/PMC
CONSTRUÇÃO DE 20 UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE
CALÇOENE/AP. PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação da obra de Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP, na Rua Roberto Paulo de Jesus Município de Calçoene/AP, vinculada ao programa nº5600020250030 - Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50, está fundamentada nas seguintes normas legais e regulamentações:

- **Lei nº 14.133/2021** – Esta é a **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, que regula os procedimentos licitatórios e as contratações de obras, serviços, compras e alienações no âmbito da administração pública. A Lei trata das modalidades de licitação, regras de contratação, gestão e fiscalização dos contratos administrativos, entre outros aspectos. A execução da obra será conduzida conforme as diretrizes dessa Lei, garantindo a **transparência, isenção e competitividade** no processo licitatório.
- **Decreto Municipal nº 027/2024-GAB/PMC** – Este decreto regula, no âmbito do município de Calçoene, a aplicação da **Lei nº 14.133/2021**, adaptando suas disposições à realidade e às necessidades do município. Ele estabelece regras específicas sobre a condução do processo licitatório e a execução dos contratos administrativos dentro do município, assegurando a conformidade com a legislação federal e oferecendo diretrizes claras para os gestores públicos locais.

Com base nessas normas, a execução da obra deve atender tanto as exigências da **Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto Municipal nº 027/2024-GAB/PMC**. Esses documentos garantem que a obra seja executada com **transparência, responsabilidade e eficiência**, buscando o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a qualidade na entrega da infraestrutura para a comunidade de Calçoene.

Essas normativas proporcionam a **legalidade, regularidade e controle** dos procedimentos durante todas as fases da contratação, desde o processo licitatório até a conclusão da obra, visando o atendimento das necessidades da população do município.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

As **condições gerais da contratação** para a **execução da obra de 20 Construção de Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, na Rua Roberto Paulo de Jesus Município de Calçoene/AP, estarão de acordo com a legislação vigente, conforme detalhado a seguir:

2.1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

A **contratação** tem como objeto a **execução integral da obra de Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, a implantação da infraestrutura necessária, como, banheiro, cozinha, sala, quartos e acessibilidade, conforme os **projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos e hidráulicos** apresentados.

2.2 PARTES ENVOLVIDAS

- **Contratante:** Município de Calçoene/AP, representado pela **Prefeitura Municipal de Calçoene**, por meio da **Secretaria Municipal de Infraestrutura E Desenvolvimento Urbano**.
- **Contratada:** Empresa vencedora do processo licitatório, responsável pela **execução da obra** conforme as condições estabelecidas neste **Termo de Referência** e no **Projeto Básico**.

2.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação será regida pelas disposições da **Lei nº 14.133/2021** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e demais normas legais aplicáveis. As condições gerais também serão compatíveis com as normas de **segurança do trabalho, meio ambiente, acessibilidade e eficiência energética**.

2.4 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Responsabilidades da Contratada:

- **Execução da obra** conforme o **Projeto Básico** e as **normas técnicas, regulamentos e especificações**.
- **Fornecimento de materiais e mão de obra qualificada** para todas as etapas da construção.
- **Cumprimento dos prazos** estabelecidos no cronograma físico-financeiro, que deve ser acompanhado regularmente pela **Prefeitura Municipal**.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

- **Obtenção das licenças ambientais** e autorizações necessárias para a execução da obra, quando aplicável.
- **Garantia de segurança e condições adequadas de trabalho** para os funcionários da obra, conforme as normas de segurança do trabalho.
- **Qualificação técnica** para a execução da obra, comprovando a experiência e a capacidade da empresa conforme exigido pelo **Projeto Básico e Termo de Referência**.
- **Gestão e controle de qualidade** durante a execução da obra, garantindo que os materiais e serviços atendam às **especificações técnicas** e exigências do contrato.

Responsabilidades do Contratante:

- **Fiscalização e acompanhamento da obra**, por meio de equipe técnica da **Prefeitura Municipal de Calçoene** ou da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano**.
- **Fornecimento dos recursos financeiros** conforme o cronograma de desembolso acordado.
- **Recebimento e pagamento das medições** conforme a execução dos serviços, de acordo com o contrato firmado.
- **Emissão das ordens de serviço**, com prazos e condições acordadas com a empresa contratada.
- **Cooperação com a empresa contratada** no que se refere ao fornecimento de informações e documentos necessários à execução da obra.

2.5 PRAZO DE EXECUÇÃO

A obra deverá ser executada dentro do prazo máximo de **12 meses**, contados a partir da data de **emissão da ordem de serviço**, conforme cronograma físico-financeiro a ser aprovado pela **Prefeitura Municipal de Calçoene**.

Em caso de **atrasos** ou **descumprimento de prazos** sem justificativa plausível, a contratada estará sujeita a penalidades previstas no contrato, incluindo **multas diárias**.

2.6 VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total da obra será de **R\$ 3.192.079,80 (Três milhões, cento e noventa e dois reais mil, setenta e nove reais e oitenta centavos)**, conforme orçamento aprovado. O pagamento será



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

realizado conforme **medição mensal** dos serviços executados, observando o **cronograma físico-financeiro** da obra.

Os pagamentos serão realizados de acordo com as etapas da obra e as medições de execução dos serviços, conforme previsto no contrato. O **pagamento** será condicionado à **apresentação de documentos fiscais e relatório de execução de obra**.

2.7 MULTAS E PENALIDADES

Caso a **contratada** descumpra as condições contratuais, inclusive prazos de execução, a mesma estará sujeita às seguintes penalidades:

- **Multa por atraso:** Será aplicada uma multa diária de **0,1%** do valor total do contrato para cada dia de atraso no cumprimento do cronograma.
- **Multa por não conformidade:** Caso a obra não esteja conforme as especificações do **Projeto Básico** e as normas exigidas, será aplicada uma multa proporcional ao valor do serviço executado não conforme.
- **Suspensão de pagamento:** Em caso de não cumprimento das condições contratuais, poderá ser suspenso o pagamento até que as irregularidades sejam sanadas.

2.8 GARANTIAS

A contratada deverá apresentar uma **garantia contratual** no valor de **5%** do valor total do contrato, que poderá ser **fiança bancária, seguro-garantia** ou **caução em dinheiro**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. A garantia será utilizada em caso de inadimplemento da contratada ou não execução de cláusulas contratuais.

2.9 ALTERAÇÕES NO CONTRATO

Alterações no contrato poderão ocorrer em casos de **necessidade de modificação do projeto** ou da execução da obra por motivo de **superveniência de fatores imprevisíveis**, sempre com base na análise técnica e justificativa da **Prefeitura Municipal de Calçoene**. As alterações não poderão ultrapassar o limite de **25% do valor inicial do contrato**, conforme estabelecido na **Lei nº 14.133/2021**.

2.10 RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido em situações como:

- **Descumprimento das obrigações** contratuais por parte da contratada.
- **Interesse público**.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

- **Impossibilidade de execução** da obra por motivos de força maior ou caso fortuito.

A **rescisão** deverá ser formalizada com a devida justificativa, podendo gerar penalidades à contratada, conforme as cláusulas do contrato.

2.11 FORO E JURISDIÇÃO

Para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia oriunda do **contrato**, as partes elegem o **foro da Comarca de Calçoene/AP**, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a resolução de litígios, conforme a **legislação vigente**.

Este **Projeto Básico**, regulamenta a contratação e execução da obra, com base nas normas legais, técnicas e operacionais previstas. A contratada deverá cumprir todas as **condições estabelecidas** para garantir a **qualidade**, a **segurança** e a **eficiência** da obra de **Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, na Rua Roberto Paulo de Jesus Município de **Calçoene/AP**

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A **necessidade da contratação da Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, na Rua Roberto Paulo de Jesus Município de **Calçoene/AP**, é justificada por fatores relacionados ao **desenvolvimento social e infraestrutural** da região, bem como ao cumprimento da legislação pertinente.

3.1 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A **Lei nº 14.133/2021**, que regula as licitações e contratos administrativos, estabelece a necessidade de realizar licitações para a execução de obras públicas que envolvem recursos da administração pública. No caso em questão, o projeto de **Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, tem como objetivo o **atendimento da demanda local por unidades habitacionais**.

Este projeto é uma resposta direta à carência habitacional no município de Calçoene/AP, buscando garantir que as famílias tenham acesso a moradias seguras, adequadas e modernas, conforme as normas de acessibilidade, segurança e eficiência energética. Além disso, a obra alinha-se aos objetivos de expansão da oferta habitacional e à melhoria da qualidade de vida da população, apoiando o cumprimento das metas de desenvolvimento urbano e social previstas em políticas públicas para o setor habitacional.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

3.2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação para **Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, se faz necessária pelos seguintes motivos:

- **Promoção da qualidade de vida:**

As novas unidades habitacionais têm como objetivo oferecer às famílias um ambiente seguro, salubre e confortável, com infraestrutura planejada e atendimento às necessidades básicas de moradia. A garantia de um espaço digno contribui para a melhoria da saúde pública, da convivência comunitária e da inclusão social, impactando diretamente na qualidade de vida da população beneficiada.

- **Alinhamento a políticas públicas:**

O projeto está em consonância com as políticas públicas de habitação e desenvolvimento urbano definidas em âmbito federal, estadual e municipal, alinhando-se ainda às metas do Plano Nacional de Habitação e às diretrizes de redução das desigualdades sociais. Dessa forma, a iniciativa contribui para o fortalecimento de programas de interesse social e para a consolidação de um planejamento urbano mais inclusivo e equilibrado.

- **Fomento ao desenvolvimento local:**

A execução da obra representa também um importante vetor de crescimento econômico para o município. A construção das unidades habitacionais gera emprego e renda direta para trabalhadores da construção civil, além de movimentar setores como comércio, transporte e prestação de serviços. Com isso, além de atender às necessidades habitacionais, o projeto contribui para dinamizar a economia local e fortalecer a capacidade produtiva do município.

A **Contratação para Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, é uma medida essencial para suprir a **demanda populacional crescente** no município de **Calçoene**, além de contribuir para a **qualidade de vida** e o **desenvolvimento social** da



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

comunidade. A obra se insere dentro dos objetivos de **expansão social e promoção da igualdade de acesso à moradia de qualidade**, alinhando-se com as necessidades locais da população. A execução deste projeto é um passo importante para garantir que o município de **Calçoene** cumpra as metas e diretrizes estabelecidas pelos **sistemas sociais**.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A **solução proposta** para a **Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, na Rua Roberto Paulo de Jesus Município de **Calçoene/AP**, considera o **ciclo de vida** do **objeto**, desde a **fase de planejamento e construção** até sua **operação e manutenção** durante os anos de serviço. A descrição a seguir aborda a solução de maneira abrangente, levando em conta todas as etapas envolvidas e suas implicações no **desempenho da obra, sustentabilidade e manutenção ao longo do tempo**.

4.1 PLANEJAMENTO E PROJETOS INICIAIS

O processo começa com a definição dos **objetivos e necessidades** para a construção das unidades habitacionais, conforme descrito na **justificativa**. Com base nisso, foram adotados os **projetos arquitetônicos, estruturais, hidrossanitários e elétricos**, considerando:

- **Aspectos de funcionalidade e habitabilidade:** Os projetos foram elaborados buscando atender às necessidades reais das famílias que irão ocupar as unidades habitacionais. Isso inclui a definição de ambientes que proporcionem conforto térmico e acústico, ventilação e iluminação natural adequadas, além de espaços integrados que favoreçam a convivência e a qualidade de vida. A preocupação com a habitabilidade garante que cada unidade seja mais do que uma simples moradia, mas sim um ambiente capaz de promover bem-estar físico e social.
- **Conformidade técnica e sustentabilidade:** Todos os projetos – arquitetônico, estrutural, hidrossanitário e elétrico – foram concebidos em conformidade com as normas técnicas vigentes, assegurando segurança, durabilidade e eficiência no uso dos recursos. Além disso, foram incorporados princípios de sustentabilidade, como o aproveitamento racional da água e da energia elétrica, priorizando soluções que reduzam impactos ambientais e minimizem custos de manutenção a longo prazo para os moradores e para o poder público.

4.2 EXECUÇÃO DA OBRA



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

Durante a **fase de execução**, a solução segue as etapas padrão de construção, contemplando:

- **Mobilização da obra:** Organização do canteiro de obras, **contratação de mão de obra especializada** e aquisição dos **materiais necessários**, com o acompanhamento constante da **Prefeitura Municipal de Calçoene** para garantir que todos os processos sigam as normas estabelecidas.
- **Construção de infraestruturas essenciais:** Serão construídos **fundos estruturais, alvenarias, instalações hidráulicas e elétricas, acessibilidade**, e a obra será provida de **acabamentos adequados**, visando garantir um ambiente **seguro, funcional e acolhedor** para os moradores.
- **Gestão da obra e controle de qualidade:** Durante toda a construção, haverá um acompanhamento rigoroso sobre o **cumprimento dos prazos, controle de qualidade e fiscalização do uso de materiais**, conforme estabelecido no **cronograma físico-financeiro** aprovado. Qualquer alteração será tratada com base em análises técnicas e orçamentárias.
- **Implantação de tecnologias sustentáveis:** Serão aplicadas **tecnologias de baixo impacto ambiental**, como sistemas de **captura e reaproveitamento de águas pluviais, uso de iluminação LED e isolamento térmico** adequado, buscando reduzir os custos operacionais ao longo da vida útil das casas

4.3 OPERAÇÃO DAS CASAS (APÓS A CONCLUSÃO DA OBRA)

Após a entrega das unidades habitacionais, a operação será de responsabilidade do poder público municipal, em conjunto com os beneficiários. Nesse estágio, o foco estará na utilização plena das moradias, garantindo que as famílias contempladas possam residir em condições dignas, seguras e adequadas.

Serão observados aspectos como:

- **Distribuição e ocupação:** As casas serão destinadas às famílias previamente selecionadas conforme critérios sociais estabelecidos em programas habitacionais, assegurando prioridade àquelas em situação de maior vulnerabilidade.
- **Infraestrutura urbana:** A operação das unidades estará integrada à infraestrutura de saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, coleta de resíduos sólidos e sistema viário, garantindo o pleno funcionamento do conjunto habitacional.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

- **Manutenção preventiva:** Serão adotadas medidas de orientação às famílias para o uso adequado das moradias e a conservação dos equipamentos instalados, visando prolongar a vida útil da construção.
- **Gestão social:** A operação também prevê ações de acompanhamento social, promovendo a integração comunitária e estimulando o sentimento de pertencimento, para que os moradores assumam corresponsabilidade pela preservação do patrimônio público.

4.4 MANUTENÇÃO E SUSTENTABILIDADE AO LONGO DO CICLO DE VIDA

Após a conclusão e entrega das unidades habitacionais, a responsabilidade de manutenção será compartilhada entre os moradores e o poder público municipal. Compete à Prefeitura a execução das ações relacionadas à infraestrutura urbana de uso coletivo, como:

- **Pavimentação:** Conservação e eventuais reparos no sistema viário que dá acesso às unidades, garantindo a mobilidade e a segurança da circulação.
- **Iluminação pública:** Manutenção dos pontos de iluminação externos, assegurando visibilidade, segurança e bem-estar da comunidade no período noturno.
- **Drenagem:** Preservação e limpeza das redes de drenagem pluvial, prevenindo alagamentos e garantindo o funcionamento adequado do sistema.

As demais manutenções referentes ao interior das unidades habitacionais (como reparos elétricos, hidrossanitários ou estruturais de uso individual) ficarão sob responsabilidade direta dos beneficiários. Dessa forma, busca-se assegurar a sustentabilidade do empreendimento ao longo do seu ciclo de vida, preservando tanto a infraestrutura coletiva quanto a qualidade de uso das moradias.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A **Contratação para a obra de Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, na Rua Roberto Paulo de Jesus Município de **Calçoene/AP**, deve atender aos seguintes **requisitos** essenciais para garantir a execução do projeto de acordo com as normativas legais, técnicas e operacionais, assegurando a qualidade, eficiência e conformidade com os parâmetros estabelecidos. Estes requisitos visam garantir a correta execução da obra e a gestão adequada do contrato, desde o processo licitatório até a entrega final das casas.



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E

5.1 REQUISITOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

- **Conformidade com a Lei nº 14.133/2021:** A contratação deve observar integralmente a **Lei nº 14.133/2021**, que regula as licitações e contratos administrativos. A obra deve ser contratada por meio de **processo licitatório**, respeitando as modalidades e procedimentos previstos na legislação, incluindo critérios para julgamento, garantias e execução.
- **Atendimento ao Decreto Municipal nº 027/2024-GAB/PMC:** O processo de licitação e execução da obra também deve observar as disposições do **Decreto Municipal nº 027/2024-GAB/PMC**, que regula a aplicação da **Lei nº 14.133/2021** no município de Calçoene. Este Decreto estabelece normas específicas para os procedimentos licitatórios e a execução de contratos administrativos no município.
- **Cumprimento das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas):** Todos os **projetos executivos** (arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidráulicos, etc.) e a execução da obra devem seguir as normas técnicas da **ABNT**, garantindo segurança, funcionalidade e qualidade das instalações.

5.2 REQUISITOS TÉCNICOS

- **Capacidade Técnica e Experiência da Contratada:** A empresa contratada deve comprovar, por meio de **certificados de qualificação técnica**, que possui **experiência e competência** na execução de obras de **complexidade e porte semelhantes** à construção de casas. A empresa deverá apresentar **atestados de capacidade técnica** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de projetos similares, incluindo a construção de casas ou unidades habitacionais de porte semelhante.
- **Execução de Projetos conforme o Projeto Básico/Executivo:** A contratada deverá seguir fielmente o **Projeto Básico e Executivo**, que define a **estrutura, acabamento, dimensionamento** das instalações e os **detalhamentos técnicos** exigidos para a execução da obra. A **memória de cálculo** e o **caderno de especificações técnicas** serão utilizados como base para a execução dos serviços.
- **Materiais e Equipamentos de Qualidade:** Todos os materiais e equipamentos utilizados na construção das casas deverão ser de **qualidade certificada** e atender às



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E

especificações técnicas presentes no **caderno de especificações** e no **projeto executivo**. A contratação de fornecedores para materiais deve seguir critérios que garantam a **conformidade com as normas da ABNT** e a durabilidade dos itens.

- **Acessibilidade e Segurança:** A obra deve garantir **condições adequadas de acessibilidade** moradores.

5.3 REQUISITOS OPERACIONAIS E DE GESTÃO

- **Gestão de Prazo e Custos:** A empresa contratada deverá cumprir os **prazos de execução** estabelecidos no **cronograma físico-financeiro** da obra, bem como controlar os **custos operacionais** para evitar **desvios orçamentários**. A **entrega da obra** deverá ser feita dentro dos **prazos acordados**, com a devida **fiscalização** por parte da administração municipal para garantir o cumprimento do contrato.
- **Fiscalização e Acompanhamento da Obra:** A obra será acompanhada por uma **equipe técnica** da **Prefeitura Municipal de Calçoene**, que realizará fiscalizações periódicas para garantir que os **serviços** sejam executados conforme o **projeto**, com **qualidade** e dentro das **normas de segurança e ambientais**. Serão realizados relatórios de progresso e **auditorias** para assegurar a conformidade da obra.
- **Responsabilidade pela Segurança no Trabalho:** A contratada deverá garantir que a **segurança no trabalho** seja uma prioridade, adotando todas as medidas de segurança para **evitar acidentes** durante a execução da obra. A **empresa deverá cumprir** todas as normas de **segurança do trabalho** estabelecidas pela **NR-18** (Norma Regulamentadora de Segurança na Construção Civil), assegurando condições adequadas de trabalho para seus funcionários e evitando riscos à saúde e segurança.
- **Gestão Ambiental e Sustentabilidade:** Durante a execução da obra, a contratada deverá seguir as **diretrizes ambientais** estabelecidas no **Projeto Básico** e adotar práticas sustentáveis para reduzir os impactos ambientais, como a **gestão de resíduos sólidos, reciclagem e utilização de materiais ecológicos**, além de medidas para a **eficiência energética** na obra.

5.4 REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E GARANTIA

- **Garantia de Qualidade e Conformidade:** A empresa contratada deverá fornecer uma **garantia mínima** para os **materiais e serviços executados**, cobrindo eventuais defeitos



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

de construção e garantindo a **qualidade da obra** após a entrega. A garantia deve ter **prazos e condições** específicas que garantam a **durabilidade e funcionalidade** das casas.

- **Manutenção Pós-obra:** A manutenção ficará a cargo da Prefeitura apenas nas áreas de infraestrutura coletiva, como pavimentação, iluminação pública e drenagem, cabendo aos moradores a conservação interna das unidades habitacionais.

5.5 REQUISITOS DE DOCUMENTAÇÃO E COMPLIANCE

- **Documentação Fiscal e Tributária:** A contratada deve apresentar toda a **documentação fiscal e tributária regularizada**, conforme as exigências legais, incluindo **Certidões Negativas de Débitos (CND)** junto à Receita Federal, INSS, e Fazenda Estadual e Municipal. A empresa deve estar em conformidade com a **legislação tributária** para garantir a **regularidade fiscal** da obra.
- **Documentação Técnica e Relatórios de Execução:** A contratada deve fornecer relatórios técnicos detalhados durante a execução da obra, incluindo **diários de obra, relatórios fotográficos e relatórios de conformidade** com os **termos contratuais**. Estes documentos serão utilizados para acompanhar o progresso da obra e garantir que o serviço esteja sendo realizado conforme o estipulado.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação da execução de parte do objeto da contratação será permitida nas condições previstas nesta seção, respeitando as normas e limitações estabelecidas pela **Lei nº 14.133, de 2021**. Abaixo estão as condições específicas para a subcontratação da obra de **Construção de 20 Unidades Habitacionais em Calçoene/AP**, no município de **Calçoene/AP**.

6.1 ADMISSIBILIDADE DA SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL

6.1.1 Limitação da Subcontratação

A subcontratação será permitida de forma **parcial**, ou seja, a empresa contratada poderá subcontratar até **25%** (vinte e cinco por cento) do **valor total** do contrato, conforme o disposto no **art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 2021**. Essa limitação visa assegurar que a contratada principal mantenha a responsabilidade pela execução de grande parte da obra e pela gestão do contrato.

6.1.2 Tipo de Serviços Passíveis de Subcontratação



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

A subcontratação poderá ocorrer para **serviços específicos** que não comprometam a **qualidade global da obra** nem a execução das partes essenciais do projeto, conforme descrito no **Projeto Básico/Executivo**. Entre os serviços passíveis de subcontratação, podem ser incluídos, mas não se limitando a:

- **Serviços de instalação elétrica e hidráulica**, caso a contratada principal não tenha equipe especializada para essas áreas.
- **Serviços de acabamento** como pintura e revestimento, quando a contratada principal entender que a subcontratação de empresas especializadas trará maior eficiência e qualidade no serviço.
- **Serviços de terraplenagem ou movimentação de terra**, se a contratada principal não possuir a estrutura necessária.

A subcontratação de atividades deve ser especificada de forma clara no **cronograma de execução da obra**, garantindo que os serviços subcontratados estejam alinhados aos prazos e qualidade exigidos no contrato principal.

6.1.3 Responsabilidade da Contratada Principal

A contratada principal será **solidariamente responsável** pelos **serviços subcontratados**, devendo garantir que os prestadores de serviços cumpram todas as exigências legais, técnicas e contratuais. Isso inclui a **qualidade, prazos e condições de segurança** previstas no contrato, mesmo nos casos de subcontratação.

- **Responsabilidade técnica:** A empresa contratada principal deverá garantir que todos os serviços subcontratados sejam executados de acordo com os **projetos, memoriais descritivos e normas técnicas**, sendo responsável pela fiscalização contínua dos serviços realizados pela subcontratada.
- **Cumprimento dos prazos:** A contratada principal deverá garantir que os serviços subcontratados sejam realizados dentro dos **prazos estabelecidos**, sem comprometer o cronograma total da obra.

6.1.4 Subcontratação de Empresas Registradas

As empresas subcontratadas deverão ser **registradas** no **Cadastro de Empresas e regularizadas** perante os órgãos competentes, como o **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), **Prefeitura Municipal** e outros, conforme o tipo de serviço que será



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

executado. Além disso, a contratada principal deverá apresentar à **Prefeitura Municipal de Calçoene** a **documentação necessária** que comprove a regularidade fiscal e trabalhista das empresas subcontratadas.

6.1.5 Autorização para Subcontratação

A subcontratação estará sujeita à **prévia autorização da Prefeitura Municipal de Calçoene**, que deverá ser solicitada pela contratada principal, apresentando a **documentação** que comprove a capacidade técnica, fiscal e financeira da empresa subcontratada. A autorização será concedida após análise da **adequação** da subcontratação aos requisitos do contrato, sem prejuízo da execução e qualidade da obra.

6.1.6 Exclusão de Subcontratação

Não será permitida a subcontratação de serviços que comprometam a **integridade** do objeto principal do contrato, como a execução de **atividades essenciais** e de **caráter especializado**, que exigem a responsabilidade direta da empresa contratada, como por exemplo, o **projeto estrutural** ou **supervisão técnica da obra**.

7. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A **garantia da contratação** é um instrumento fundamental para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, bem como para proteger o **interesse público** em caso de falhas na execução do objeto contratado. A exigência da garantia, conforme estabelece a **Lei nº 14.133/2021**, visa garantir que a obra será realizada conforme as condições contratadas, dentro dos **prazos** e com a **qualidade** necessária.

7.1 EXIGÊNCIA DA GARANTIA

Em conformidade com os **artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021**, será exigida uma **garantia** que assegure o cumprimento das obrigações contratuais, tanto para o cumprimento da **execução da obra** quanto para a **boa qualidade** do serviço prestado. A garantia deverá ser apresentada pela empresa contratada no ato da assinatura do contrato e será mantida durante todo o período de execução da obra, conforme as condições a seguir.

A **garantia contratual** será definida nos seguintes parâmetros:

- **Valor da Garantia:** O valor da garantia será estabelecido com base no **valor total do contrato**, conforme definido no **Edital** e nas **cláusulas contratuais**. Geralmente, a



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E

garantia será fixada entre **5% a 10%** do valor total do contrato, a depender do risco envolvido e das condições específicas do contrato.

- **Modalidades de Garantia:** A garantia pode ser prestada por uma das seguintes modalidades, conforme determinado pela **Lei nº 14.133/2021**:
 - **Caução em Dinheiro:** A contratada poderá fornecer um **depósito em dinheiro** ou **títulos da dívida pública** como garantia.
 - **Seguro-Garantia:** A contratada poderá apresentar uma **apólice de seguro-garantia**, que assegura o cumprimento do contrato em caso de inadimplemento.
 - **Fiança Bancária:** A contratada pode também apresentar uma **fiança bancária**, que constitui uma garantia de cumprimento das obrigações contratuais.

A modalidade de garantia a ser adotada será definida conforme o **Edital de Licitação** e deverá ser acordada entre a **Prefeitura Municipal de Calçoene** e a contratada no momento da formalização do contrato.

- **Condições de Liberação da Garantia:** A **liberação da garantia** ocorrerá após o **cumprimento integral das obrigações contratuais**, ou seja, quando a obra for concluída e entregue de acordo com as **especificações do contrato**. Caso haja necessidade de **reparos ou correções** durante o **período de garantia da obra** (geralmente de 12 meses após a entrega), a garantia poderá ser utilizada para cobrir os custos dessas correções.
- **Prazo de Vigência da Garantia:** A garantia será mantida até a **finalização da obra e a entrega definitiva do objeto**. A garantia será mantida também durante o período de **garantia da obra**, que deverá cobrir possíveis **defeitos de execução** que se manifestem após a conclusão do serviço e a entrega das casas.
- **Utilização da Garantia:** A garantia poderá ser utilizada para cobrir as despesas relativas ao **não cumprimento do contrato**, como **atrasos injustificados, deficiências nos serviços prestados ou danos à obra** que a contratada não tenha reparado dentro do prazo estipulado. Em caso de inadimplemento por parte da contratada, a **Prefeitura Municipal de Calçoene** poderá executar a garantia para garantir o cumprimento das obrigações.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

7.2 CONDIÇÕES PARA A EXIGÊNCIA DA GARANTIA

A exigência da garantia está vinculada ao **cumprimento das obrigações contratuais** e à **segurança da Prefeitura Municipal de Calçoene** quanto à **execução da obra** de forma adequada. A **garantia** será utilizada apenas em casos de descumprimento do contrato ou de falha na execução da obra, como:

- **Atraso na execução do projeto;**
- **Execução inadequada dos serviços**, que comprometam a qualidade e segurança da obra;
- **Não realização de reparos** ou correções solicitadas pela fiscalização durante o **período de garantia**.

7.3 APLICAÇÃO DA GARANTIA

- Caso a **Prefeitura Municipal de Calçoene** precise acionar a garantia, o valor correspondente será utilizado para **corrigir falhas e cumprir as obrigações** da contratada que não foram cumpridas dentro do contrato.
- A **garantia será devolvida** à contratada após a verificação de que todas as obrigações contratuais foram cumpridas, ou seja, a **obra foi executada de acordo com as especificações**, sem pendências ou defeitos a serem corrigidos.

8. DA VISTORIA PRÉVIA

A **vistoria prévia** tem o objetivo de garantir que todos os licitantes interessados no processo de contratação estejam cientes das condições do local onde os serviços serão executados. Esta etapa é essencial para que as propostas sejam formuladas com base no conhecimento completo sobre o objeto e as particularidades do projeto, evitando que qualquer licitante alegue desconhecimento durante a execução dos serviços.

8.1 IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PRÉVIA

A **avaliação prévia** do local de execução dos serviços é fundamental para que os licitantes conheçam as **condições físicas, logísticas e ambientais** do local onde será realizada **contratação da obra de Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, na Rua Roberto Paulo de Jesus Município de **Calçoene/AP**. Essa avaliação permite aos licitantes verificar as **peculiaridades** do terreno, como:

- A **topografia**;



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

- A **acessibilidade**;
- Possíveis **restrições ambientais**;
- O **nível de infraestrutura disponível** (abastecimento de água, energia elétrica, drenagem etc.);
- Outros fatores que possam influenciar na execução do projeto.

A vistoria é, portanto, um elemento essencial para garantir a precisão na formulação das propostas e na execução eficiente da obra.

8.2 AGENDAMENTO E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA

- A **vistoria prévia** poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, das **8h às 14h**, no local onde será executado o objeto da contratação.
- Para realizar a vistoria, o licitante deverá **agendar previamente** com a administração pública, através dos canais de comunicação estabelecidos no **Edital de Licitação**.
- O **servidor público** designado pela administração estará presente durante a vistoria, para garantir que os licitantes tenham acesso a todas as informações relevantes e que as condições do local sejam devidamente explicadas.

8.3 OBRIGAÇÃO DO LICITANTE APÓS A VISTORIA

O **licitante** que optar por participar do processo licitatório **não poderá alegar**

desconhecimento das condições do local e do grau de dificuldade da execução da obra como justificativa para o descumprimento das obrigações contratuais.

- Após a **vistoria prévia**, a proposta apresentada pelo licitante será considerada como um compromisso de execução das obras nas condições identificadas e acordadas.

Isso significa que, ao participar da licitação, o licitante assume a responsabilidade sobre as **condições do local de execução** e estará **obrigado a cumprir** todas as exigências técnicas e operacionais do contrato, independentemente de quaisquer dificuldades imprevistas ou alterações no local que não foram previamente identificadas.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto contratado, referente à **obra de Construção de 20 Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, na Rua Roberto Paulo de Jesus Município de Calçoene/AP, será realizada conforme as **normas técnicas** e os **procedimentos estabelecidos** no **Caderno de Especificações** da contratação, que foi elaborado pela **Secretaria Municipal de**



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (SEMINFDUR/PMC). Este caderno tem como objetivo garantir que a execução da obra atenda aos **padrões técnicos**, às **exigências legais** e às **normas de qualidade**, assegurando a **eficiência e segurança** durante toda a execução do projeto.

9.1 NORMAS E PROCEDIMENTOS A SEREM SEGUIDOS NA EXECUÇÃO

A execução da obra deve seguir as diretrizes do **Caderno de Especificações**, que inclui os seguintes aspectos:

- **Normas Técnicas e Regulamentações:** Todos os serviços e materiais utilizados na construção deverão obedecer às **normas brasileiras** estabelecidas pela **ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)**, bem como às **regulamentações municipais e estaduais** vigentes no momento da execução da obra.
- **Qualidade dos Materiais e Serviços:** A contratada deve garantir que os **materiais** utilizados sejam de **qualidade** conforme especificado no **Caderno de Especificações**. Além disso, todos os serviços realizados devem atender aos **padrões de qualidade** exigidos para garantir a segurança e durabilidade da obra.
- **Cronograma de Execução:** A obra deverá ser executada de acordo com o **cronograma físico-financeiro** aprovado, que estabelece os **prazos** para a entrega de cada etapa do projeto. A contratada será responsável por manter o cronograma em andamento, sem prejuízo da qualidade ou segurança da obra.
- **Fiscalização e Acompanhamento Técnico:** A **Prefeitura Municipal de Calçoene** ou seus representantes designados realizarão a **fiscalização contínua** da execução da obra. A contratada deverá permitir o **acesso dos fiscais** da administração pública a qualquer momento, para que a obra seja monitorada de acordo com o contrato e o Caderno de Especificações.
- **Segurança no Trabalho:** A execução da obra deverá seguir rigorosamente as **normas de segurança** estabelecidas pela **NR-18 (Norma Regulamentadora de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção)**, além de todas as exigências legais aplicáveis, para garantir a **segurança dos trabalhadores** e evitar acidentes.
- **Gestão de Resíduos:** A contratada deverá gerenciar adequadamente os **resíduos gerados** pela obra, atendendo às normas ambientais e aos procedimentos



ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E

estabelecidos no **Caderno de Especificações** para o descarte adequado de materiais e a **minimização de impactos ambientais**.

- **Controle de Qualidade e Entregas Parciais:** A contratada deve implementar um **controle de qualidade** durante todas as fases da obra. Eventuais entregas parciais (como subunidades da obra) deverão ser **inspecionadas e aprovadas** pela fiscalização antes da entrega final da obra.
- **Responsabilidade sobre a Mão de Obra e Equipamentos:** A contratada deverá fornecer toda a **mão de obra qualificada** necessária, assim como **equipamentos** adequados para a execução dos serviços, de acordo com o especificado no projeto e nas **especificações técnicas**.

10. DA GARANTIA DO SERVIÇO

A **garantia do serviço** é uma medida contratual que assegura ao contratante (Prefeitura Municipal de Calçoene) que os serviços executados serão mantidos dentro dos padrões de **qualidade e segurança** acordados, e que eventuais defeitos ou falhas serão corrigidos pela contratada sem custo adicional. A **garantia** tem o objetivo de garantir que o serviço prestado atenda plenamente às **especificações contratuais** e às **normas técnicas** aplicáveis.

10.1 PRAZO DE GARANTIA CONTRATUAL

O **prazo de garantia contratual** para os serviços prestados será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contados a partir do **primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo** do objeto contratado. Esse prazo se aplica à **execução dos serviços** e à **qualidade da obra** e não exclui a garantia legal, que também é prevista pela legislação brasileira.

- A **garantia contratual** será **complementar à garantia legal**, que é a garantia mínima prevista pela legislação e refere-se ao **direito do consumidor** de ter os produtos ou serviços corrigidos em caso de defeito.
- A **garantia contratual** cobre eventuais **defeitos de execução** da obra, como problemas estruturais, falhas em instalações e outros defeitos que comprometam a funcionalidade e segurança do objeto contratado.

10.2 RESPONSABILIDADES DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA

Durante o período de **garantia contratual**, a contratada será responsável por:



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

- **Correção de Defeitos:** A contratada deverá reparar qualquer defeito ou falha que seja identificado dentro do prazo de garantia, sem custos adicionais para a Prefeitura Municipal de Calçoene.
- **Atendimento Rápido:** Caso qualquer defeito seja identificado dentro do período de garantia, a contratada deverá realizar os reparos necessários no prazo estabelecido, de acordo com as condições do contrato e as necessidades da obra.
- **Verificação da Execução:** Durante o período de garantia, a **Prefeitura Municipal de Calçoene** poderá realizar **inspeções periódicas** para garantir que a obra esteja em conformidade com as **especificações** e que não haja problemas estruturais ou outros defeitos.

10.3 CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO DA GARANTIA

A garantia será acionada sempre que:

- For identificado um **defeito** ou **problema de qualidade** relacionado à execução dos serviços, como falhas em acabamentos, **infraestrutura danificada**, ou qualquer outro defeito que comprometa o funcionamento das casas.
- A **contratada** será responsável pela **reparação imediata** de tais defeitos, de modo a garantir que a obra atenda aos **padrões de qualidade e segurança** exigidos.

10.4 PRAZO DE REPARAÇÃO DE DEFEITOS

Os reparos ou correções de defeitos realizados durante o período de **garantia contratual** deverão ser executados no **menor prazo possível**, respeitando as **condições de segurança** e os **procedimentos técnicos adequados** para cada tipo de defeito.

10.5 EXTENSÃO DA GARANTIA

Em alguns casos, caso o **defeito identificado** seja de grande magnitude ou envolva **estruturas** ou **instalações essenciais** para o funcionamento das casas, a contratada poderá ser obrigada a **estender o prazo de garantia** para cobrir o defeito identificado até sua completa correção.

11. DA MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A **gestão e fiscalização** do contrato de execução da **obra de 20 Construção de Unidades Habitacionais no Município de Calçoene/AP**, na Rua Roberto Paulo de Jesus Município de Calçoene/AP, será realizada de maneira diligente e eficiente, com o objetivo de assegurar que



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

o objeto contratado seja executado de acordo com os **padrões de qualidade, segurança, prazo e custo** definidos, conforme estabelecido pela **Lei nº 14.133/2021** e as cláusulas específicas do contrato.

11.1 EXECUÇÃO FIEL DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser realizada **fielmente** pelas partes envolvidas, observando-se as cláusulas acordadas, as **normas da Lei nº 14.133, de 2021** e as condições descritas no edital e no contrato. Cada parte será responsável pelas consequências de qualquer **inexecução total ou parcial** do contrato.

11.2 IMPEDIMENTO E PARALISAÇÃO

Em caso de **impedimento, ordem de paralisação ou suspensão** do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente à paralisação ou impedimento, e tais circunstâncias serão anotadas por meio de simples apostila, conforme previsto no contrato.

11.3 COMUNICAÇÃO FORMAL ENTRE AS PARTES

Todas as **comunicações** entre o **órgão contratante** e a **contratada** devem ser feitas **por escrito**, salvo quando for permitida a comunicação por **mensagem eletrônica**, quando expressamente autorizado.

11.4 CONVOCAÇÃO PARA PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS

O órgão contratante poderá convocar o representante da **empresa contratada** para a adoção de providências que precisem ser cumpridas de imediato, com vistas à **manutenção da execução adequada do contrato**.

11.5 REUNIÃO INICIAL DE FISCALIZAÇÃO

Após a assinatura do contrato, o **órgão contratante** poderá convocar o representante da contratada para uma reunião inicial, na qual serão apresentadas as **obrigações contratuais**, os **mecanismos de fiscalização**, as **estratégias de execução** e o **plano complementar de execução**, quando houver. O objetivo é garantir que todos os envolvidos compreendam as **metodologias de fiscalização** e os **indicadores de desempenho**.

11.6 DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

A contratada deverá **designar formalmente** o preposto responsável pela execução do contrato, indicando os **poderes e deveres** desse preposto em relação à **execução do objeto contratado**.



**ESTADO DO AMAPÁ
MUNICÍPIO DE CALÇOENE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E**

11.7 MANUTENÇÃO DO PREPOSTO NO LOCAL

Durante o período de execução do contrato, a **contratada** deverá manter o **preposto** no local da obra, sendo este responsável pela supervisão e pelo acompanhamento da execução dos serviços no local.

11.8 SUBSTITUIÇÃO DO PREPOSTO

O **órgão contratante** poderá recusar, com **justificativa**, a indicação ou manutenção do preposto da empresa, caso haja irregularidades ou falhas na execução, sendo exigido que a contratada designe outro preposto para a função.

11.9 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A **execução do contrato** será acompanhada e fiscalizada pelo(s) **fiscal(is) do contrato** ou pelos respectivos substitutos, conforme o artigo 117 da **Lei nº 14.133, de 2021**. O fiscal técnico será responsável por garantir que as condições contratuais sejam cumpridas de forma satisfatória.

11.10 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, zelando para que todas as condições estabelecidas sejam cumpridas, com o intuito de assegurar os melhores resultados para a Administração Pública. A fiscalização técnica garantirá que a obra atenda aos requisitos de **qualidade, segurança e prazo**.

11.11 ANOTAÇÕES DE OCORRÊNCIAS

O fiscal técnico deverá anotar todas as ocorrências no **histórico de gerenciamento** do contrato, registrando as falhas ou defeitos observados na execução e tomando as providências necessárias para regularizar qualquer situação irregular.

11.12 NOTIFICAÇÃO PARA CORREÇÃO

Se forem identificadas **irregularidades** ou **inexatidões** na execução, o fiscal técnico emitirá **notificações** para que a contratada faça as correções necessárias dentro de um prazo determinado.

11.13 COMUNICAÇÃO DE DECISÕES NECESSÁRIAS

O fiscal técnico informará ao **gestor do contrato** quaisquer situações que exijam uma **decisão ou medida** que ultrapasse sua competência, para que o gestor tome as medidas necessárias para regularizar o problema.

11.14 OCORRÊNCIAS QUE INVIABILIZEM A EXECUÇÃO



Caso ocorram situações que possam inviabilizar a execução da obra dentro dos prazos estabelecidos, o fiscal técnico informará imediatamente o **gestor do contrato** sobre o ocorrido.

11.15 ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Quando o contrato estiver próximo do término, o fiscal técnico informará o **gestor do contrato** sobre o encerramento, para que possam ser tomadas as medidas necessárias para a **renovação** ou **prorrogação** contratual, caso necessário.

11.16 COORDENAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

O **Gestor do contrato** coordenará a **atualização do processo de fiscalização**, assegurando que todos os registros formais da execução do contrato sejam devidamente documentados, incluindo **ordens de serviço, alterações contratuais e prorrogações**.

11.17 ACOMPANHAMENTO DOS REGISTROS DE FISCALIZAÇÃO

O gestor do contrato acompanhará os registros feitos pelos fiscais, garantindo que todas as **ocorrências** sejam registradas e que as medidas adotadas sejam adequadas. Caso necessário, informará **autoridades superiores** sobre situações que ultrapassem sua competência.

11.18 ACOMPANHAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

O gestor do contrato também ficará responsável por garantir a **manutenção das condições de habilitação** da contratada, assegurando que o processo de **pagamento e liquidação** da despesa ocorra conforme o contrato.

11.19 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O gestor do contrato emitirá documentos que comprovem a avaliação do desempenho da contratada, incluindo o cumprimento das **obrigações contratuais** e o **desempenho** da execução do contrato. Esses documentos serão registrados no **cadastro de atesto de cumprimento de obrigações**.

11.20 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SANÇÕES

Caso sejam identificadas falhas graves ou infrações contratuais, o gestor do contrato tomará as **providências necessárias** para a formalização de um processo administrativo de responsabilização, conforme o artigo 158 da **Lei nº 14.133, de 2021**.

11.21 LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

O gestor do contrato também será responsável por enviar a documentação pertinente para o setor de **contratos** para formalização dos **procedimentos de liquidação e pagamento**, com base no que foi fiscalizado e aprovado, conforme os termos contratuais.

A **gestão e fiscalização** do contrato será realizada de forma rigorosa e contínua, com a **participação**



ativa de fiscais e do **gestor do contrato**, garantindo a **efetividade** da execução da obra e o cumprimento das cláusulas contratuais. A **fiscalização** abrangerá todas as fases da execução, incluindo o acompanhamento da **qualidade, prazo e custos**, e as medidas necessárias serão adotadas para assegurar o sucesso do projeto, com o cumprimento de todas as **obrigações legais** e contratuais.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1 Critérios de Medição e Pagamento

Os critérios de **medição e pagamento** para a execução dos serviços relacionados ao objeto deste contrato estão detalhadamente estabelecidos nos seguintes documentos:

- **Caderno de Especificações Técnicas:** Documento elaborado pela área técnica da SEMINFDUR/PMC (Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano), que contém a descrição detalhada dos serviços a serem executados, incluindo as especificações técnicas, os requisitos de qualidade e os parâmetros para a medição dos serviços realizados.
- **Edital:** O **Edital** de Licitação, que estabelece as regras e condições para a execução do contrato, incluindo os critérios de medição das etapas da obra e os prazos para pagamento, conforme a Lei nº 14.133/2021.
- **Instrumento Contratual:** O **contrato formal** que será assinado entre as partes (administrador e contratado), que conterá as cláusulas detalhadas sobre o processo de medição e os prazos e condições para o pagamento dos serviços executados.

12.2 Forma de Medição

A medição dos serviços será realizada conforme as seguintes diretrizes:

- **Medições Parciais:** Serão realizadas ao final de cada etapa significativa da obra, conforme o cronograma físico-financeiro estabelecido, com base no avanço dos serviços executados. Cada medição deverá ser documentada e submetida à aprovação do fiscal do contrato.
- **Medição Final:** Após a conclusão total da obra, será feita a **medição final**, onde se verificará a execução total do objeto do contrato e a conformidade dos serviços realizados com o que foi estipulado no **Caderno de Especificações Técnicas**. Essa medição final será realizada com base na conferência de todos os itens e serviços contratados, considerando sua execução conforme o projeto.

12.3 Critérios para Pagamento

Os **pagamentos** serão efetuados de acordo com as medições aprovadas e conforme o



estabelecido nas cláusulas do **contrato** e no **Edital**. O pagamento será feito após a **aprovação** da medição pela fiscalização do contrato, obedecendo aos seguintes parâmetros:

- **Pagamento de Medições Parciais:** O pagamento será realizado mensalmente ou conforme o ritmo de execução das etapas da obra, conforme acordado no cronograma de execução. O valor a ser pago será proporcional aos serviços efetivamente executados e medidos, com base nos preços unitários dos itens contratados.
- **Pagamento Final:** O pagamento final será realizado após a **medição final** da obra, descontando-se eventuais retenções por **penalidades** ou **irregularidades** constatadas durante a execução. O pagamento será feito com a devida liquidação da despesa e após a comprovação de que todos os serviços foram concluídos conforme o contrato e as especificações técnicas.

12.4 Prazo para Pagamento

- O prazo para pagamento das medições será de até **30 dias corridos** após a aprovação da medição, salvo disposição em contrário no contrato ou no Edital.

12.5 Retenções

- O contrato poderá prever a **retenção de valores** para garantia de qualidade dos serviços executados. Essas retenções serão liberadas ao final do **prazo de garantia**, após verificação da conformidade dos serviços prestados.

12.6 Reajuste de Preço

- O reajuste do valor contratado poderá ser realizado conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, com base nos índices de variação dos custos de **materiais**, **mão de obra** ou **outros insumos**, conforme acordado pelas partes e aprovado pela Administração Pública.

12.7 Documentação de Pagamento

- Para efetuar os pagamentos, a **contratada** deverá apresentar a **documentação necessária**, que inclui, mas não se limita a:
 - **Nota Fiscal** ou **fatura**;
 - Relatórios de **medição e aprovação das medições** pela fiscalização do contrato;
 - **Certificado de conclusão parcial** ou final da obra, conforme o caso;
 - Comprovação de **regularidade fiscal e trabalhista** (se necessário).

Esses critérios visam garantir que o processo de **medição e pagamento** seja realizado de forma



transparente, objetiva e conforme os marcos estabelecidos no contrato, respeitando a **legislação vigente** e as normas de **gestão pública**.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

13.1 Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor para a execução da obra será realizada por meio de procedimento de **LICITAÇÃO**, conforme as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**. O processo licitatório seguirá as seguintes diretrizes:

- **Modalidade de Licitação: Concorrência.**
- **Forma de Licitação: Eletrônica**, realizada por meio de plataforma de licitação online.
- **Critério de Julgamento:** O julgamento das propostas será realizado pelo **menor preço global**, ou seja, a proposta de menor valor total para a execução de todos os serviços constantes no objeto da licitação será considerada vencedora.

O critério do **menor preço global** visa garantir que a Administração Pública contrate a proposta mais vantajosa financeiramente para a execução da obra, considerando o valor total do contrato.

13.2 Regime de Execução

O regime de execução do contrato será de **EMPREEITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme o disposto no **art. 6º, inciso XIX**, da **Lei nº 14.133/2021**. Este regime caracteriza-se pelas seguintes condições:

- **Empreitada por Preço Global:** A contratada se obriga a executar a obra pelo valor global estabelecido na proposta vencedora, não sendo possível reajustes ou alterações de preço, salvo em casos de **imprevistos** ou **fatores excepcionais** previstos na legislação ou no próprio contrato.
- **Preço Global:** A proposta apresentada pelo licitante vencedor deverá contemplar o valor total para a execução de todos os serviços previstos, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos e outros custos indiretos necessários para a entrega do objeto conforme as especificações contratuais.

Esse regime de execução oferece maior controle financeiro para a Administração Pública, já que o valor total do contrato é acordado previamente, garantindo maior previsibilidade sobre os custos da obra.



14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

14.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

14.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

14.10. **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



14.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

14.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

14.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

14.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

14.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, HYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm"caputHYPERLINK "http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm", inciso II\).](#)

14.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá



apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados **NA FORMA DA LEI**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

b.2) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (**LG**), Solvência Geral (**SG**) e Liquidez Corrente (**LC**), **superiores a 1 (um)**, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

d) O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da



contratação ou do item pertinente.

- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

14.22. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

14.23. Comprovante de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da pessoa jurídica;

14.24. Comprovação da empresa de possuir em seu quadro permanente, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente;

14.25. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

14.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados(s) no CREA, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, específica(s) para o serviço referido no(s) Atestado(s), que comprove a execução de serviços/obras com características semelhantes ao objeto da contratação e, especialmente, dos itens de maior relevância, a saber:



| item | serviço | und | QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA | PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO |
|------|---|-----|---------------------------------|---------------------------------|
| 01 | ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021 | M² | 519 | 30,00% |

14.27. **Atestado de capacidade técnica em nome do(s) responsável(eis) técnico(s)** emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados(s) no CREA, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, específica(s) para o serviço referido no(s) Atestado(s), que comprove a execução de serviços/obras com características semelhantes ao objeto da contratação e, especialmente, os quantitativos dos itens de maior relevância, a saber:

| item | serviço | und | QUANTIDADE MÍNIMA EXIGIDA | PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO |
|------|---|-----|---------------------------------|---------------------------------|
| 01 | ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021 | M² | 519 | 30,00% |

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ \$ 3.192.079,80 (Três milhões, cento e noventa e dois mil, setenta e nove reais e oitenta centavos)**

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Calçoene.

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei



Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O prazo de vigência do contrato e de execução da obra será de 365 (trezentos sessenta e cinco) dias.

17.2. Os prazos deverão ser rigorosamente cumpridos, independentemente de dificuldades relativas a fornecimento de materiais, clima ou outras que porventura venham a ocorrer.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

18.2. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

18.3. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto deste Termo de Referência;

18.4. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

18.5. O contratante através dos setores competentes, no ato da liquidação das despesas, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de Tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto da Lei 4.320/64;

18.6. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

18.6.1. Acompanhar a execução dos serviços contratados, através da Fiscalização designada pela SEMINFDUR/PMC, de maneira a garantir o fiel cumprimento do objeto contratado;

18.6.2. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Executar cada uma das fases do objeto, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos,



ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este Termo de Referência, bem como na sua proposta.

19.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

19.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.

19.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

19.5. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

19.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

19.7. Apresentar à Contratante, quando necessário, a relação nominal dos empregados envolvidos na execução das atividades contratadas.

19.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

19.9. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no instrumento contratual.

19.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

19.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.



19.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do objeto da licitação.

19.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

19.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto da Licitação.

19.16. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

19.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

19.18. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

19.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

19.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

19.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

19.22. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



19.23. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

19.24. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

19.25. Providenciar junto ao CREA ou CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes.

19.26. A placa deverá ser instalada em posição destaque no canteiro de obras, devendo a sua localização ser, previamente, aprovada pela SEMINFDUR/PMC.

19.27. Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram ou fundamentam as Especificações Técnicas/Projeto Básico e este Contrato, no prazo determinado.

19.28. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

19.29. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

19.30. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

19.31. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, nas Especificações Técnicas/Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.



19.32. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. O objeto será recebido (artigo 140, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

20.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

20.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

20.4. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

20.5. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

Calçoene/AP, 22 de janeiro de 2026.

Responsável pela Elaboração:
Documento assinado digitalmente
 WALLACE FRANCISCO BRUNO PINHEIRO BARRO
Data: 24/03/2026 16:47:33-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

**WALLACE FRANCISCO BRUNO
PINHEIRO BARROS**
Engenheiro Civil
CREA Nº: 2717645241

APROVO:
Documento assinado digitalmente
 DIONISIO ALMEIDA DOS SANTOS
Data: 25/03/2026 08:54:46-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

DIONISIO ALMEIDA DOS SANTOS
Secretário da SEMINFDUR
DEC.: 118/2025 - GAB/PMC